



**CONSTRUINDO
TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS:**
Jovens e mulheres
produzindo conhecimento
sobre as suas realidades,
para a defesa de seus
direitos

**CONSTRUINDO TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS:
jovens e mulheres produzindo conhecimento sobre
as suas realidades, para a defesa de seus direitos**



REALIZAÇÃO



APOIO



ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO

Equipe FASE RJ

Aercio B. de Oliveira - Coordenador

Bruno A. de França - Educador Popular

Caroline dos S. Santana - Educadora Popular

Clara de L. Nascimento - Educadora Popular

Karen de Souza Dutra - Estagiária de Serviço Social

Saney Luzia de Souza - Estagiária de Serviço Social

Defensores de Direitos Humanos – Projeto Construindo Territórios Saudáveis

Alessandra da S. Lourdes

Alessandra N. do Nascimento

Ana Lúcia G. da Silva

Ana Paula E. Lopes

Fatima Alerrandra P. de Menezes

Fatima dos S. Pinho

Ian G. Lima

Iraneide M. Garcês

Leona M. Ribeiro

Márcia Beatriz Costa

Maria Paula de O. Lima

SISTEMATIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO

Patrícia Lânes Araújo de Souza

ESTATÍSTICAS

Ana Claudia Bliggs Gutemberg

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Taiane Brito

Rio de Janeiro, 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1. PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS	08
2. COVID-19 E SEUS IMPACTOS	19
3. PERCEPÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO	29
4. ACESSO A SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	36
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	43

APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta a análise dos dados coletados na pesquisa realizada no âmbito do projeto “Construindo Territórios Saudáveis: jovens e mulheres na luta contra a COVID-19”, uma iniciativa da FASE RJ em parceria com o Plano Integrado de Saúde nas Favelas do Rio de Janeiro - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O projeto buscou promover o protagonismo de jovens e mulheres defensoras de direitos humanos (DDH) como agentes de transformação em seus territórios: o Complexo de Manguinhos e as Ocupações de Moradia Povo Sem Medo/FICAP (Pavuna), Dandara/Terra Prometida (Coelho Neto) e Quilombo da Gamboa (Zona Portuária), todos na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa, realizada entre abril e maio de 2024, envolveu a aplicação de questionários elaborados coletivamente pelo grupo de doze participantes, formado por dois homens jovens (de 18 e 26 anos) e dez mulheres (com idades entre 18 e 50 anos). As dimensões definidas para o diagnóstico socioterritorial buscaram informações sobre as condições socioeconômicas, os efeitos da pandemia e as diversas violências e violações de direitos enfrentadas pelas pessoas e seus territórios. Foram entrevistadas 294 pessoas, distribuídas entre os territórios mencionados, com 44,2% (130) de Manguinhos, 42,9% (126) das ocupações da Zona Norte (Pavuna e Coelho Neto) e 12,9% (38) do Quilombo da Gamboa. A quantidade de questionários aplicados teve grande variação entre os territórios, devido às diferenças na extensão geográfica e no número de famílias residentes em cada um deles. Além disso, questões relacionadas ao acesso e à violência também impactaram a quantidade de pessoas entrevistadas.

Os resultados obtidos oferecem um panorama abrangente dos territórios, abordando a relação das populações com equipamentos públicos, suas vivências durante a epidemia de coronavírus e as percepções sobre as violências e restrições de direitos. Além disso, o projeto possibilitou o mapeamento de recursos e ativos que auxiliaram as comunidades no enfrentamento dos desafios cotidianos, como a rede socioassistencial e alternativas de apoio.

Para possibilitar o processo que resulta na elaboração destas análises, o grupo de defensoras e defensores de direitos humanos participou de uma formação que abordou, em oito encontros:

1. Produção de conhecimento e metodologia de pesquisa;
2. Desigualdades (sociais, de gênero e raça) e a produção das cidades;
3. Favela e territórios periféricos, Direitos Humanos e Cidadania;
4. Redes de garantia de direitos e políticas públicas, controle e participação social/ movimentos sociais e mobilização;
5. Determinantes sociais da saúde, sequelas e consequências da pandemia da COVID-19;
6. Oficinas metodológicas (dois encontros).

Outra formação oferecida ao grupo e para outras pessoas dos territórios incluiu conteúdos sobre comunicação popular e o uso de mídias sociais, estimulando a produção e difusão de informações relevantes sobre suas realidades.

O projeto também promoveu apoio social, com distribuição de cestas de alimentos produzidos pela rede agroecológica. Adicionalmente, foram incentivadas práticas de agricultura urbana, também por meio de uma formação, buscando fortalecer os vínculos comunitários e ampliação da noção de cuidado individual e coletivo.

A metodologia para o diagnóstico socioterritorial foi fundamentada nas observações, experiências e percepções dos jovens e mulheres participantes do projeto, a partir de seus territórios. O desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa ocorreu durante as oficinas de formação, com ênfase nos dois últimos encontros, vinculadas à atividade. Oficinas Preparatórias para a Realização do Diagnóstico Socioterritorial. O objetivo era construir um processo de coleta de dados confiáveis sobre a realidade dos territórios abrangidos, ao mesmo tempo em que se proporcionava às participantes uma experiência prática de pesquisa. Durante as oficinas iniciais do projeto, um dos encontros tratou da produção de conhecimento e metodologia de pesquisa, onde foram introduzidas diferentes modalidades de pesquisa e discutida a coleta e tratamento de dados sobre grupos sociais e territórios, desmistificando o processo de produção do conhecimento científico. Após essa fase de formação, foram iniciados encontros para desenvolver conjuntamente o instrumento de coleta de dados.

A decisão de optar por um questionário como ferramenta principal de coleta de dados foi baseada em várias considerações importantes. Primeiramente, levou-se em conta o tempo disponível para realizar a pesquisa, que exigia uma abordagem eficiente para reunir informações. Além disso, a escolha por uma metodologia quantitativa buscou garantir que as informações coletadas fossem objetivas e consistentes, permitindo uma compreensão mais profunda das realidades vividas em cada um dos territórios. Essa abordagem permite que as realidades das áreas estejam refletidas de maneira precisa e comparável, facilitando a análise e a interpretação dos dados obtidos. A familiaridade do grupo com a tecnologia de celulares também contribuiu para essa decisão.

O questionário foi construído em plataforma digital específica, o que não apenas simplificou a coleta de dados, mas também permitiu uma síntese mais ágil das informações. Optou-se por questões fechadas, com opções previamente construídas, para facilitar a comparação entre os territórios e entre dados disponíveis em diferentes níveis, além de garantir que o grupo de defensoras e defensores de direitos humanos, alguns realizando pesquisa pela primeira vez, pudesse aplicar a ferramenta de forma eficaz e uniforme.

Após a elaboração de uma versão preliminar do questionário, foi realizada uma fase de teste para que o grupo pudesse vivenciar a aplicação do instrumento e discutir dúvidas e soluções. Durante um período de duas semanas, cada participante aplicou o questionário a cinco pessoas de perfis variados, permitindo ajustes na linguagem e na construção das questões e respostas, garantindo que fossem compreensíveis ao público-alvo: pessoas residentes nos quatro territórios, com 18 anos ou mais. Também foi avaliada a viabilidade do tempo necessário para a aplicação, uma vez que o questionário-teste continha mais de 40 questões. A fase de teste foi essencial para ajustar a aplicação do questionário.

Realizados os ajustes necessários, o grupo começou a fase de aplicação do questionário, que gerou os dados para que oferece base para esta análise. O questionário final consistiu em 53 questões organizadas em quatro blocos: o primeiro abordou o perfil socioeconômico dos entrevistados; o segundo explorou os impactos da pandemia no cotidiano; o terceiro tratou de violências e violações no território; e o último bloco focou nos serviços públicos disponíveis e nas desigualdades de acesso.

Para a análise dos dados, foram considerados tanto os dados gerais de cada questão quanto as informações segmentadas por território. A prioridade foi o cruzamento dos dados referentes ao perfil dos entrevistados com as respostas das demais questões. Para essa análise, foi contratada uma especialista em estatística, que elaborou um extenso relatório analítico sobre o material coletado.

É importante ressaltar que, embora a análise seja abrangente, não esgota todas as possibilidades presentes nos dados, que podem servir como base para análises futuras, incluindo comparações, caso o questionário seja aplicado (no todo ou em parte) em outros territórios ou nos mesmos locais em momentos diferentes.

Ao longo do processo foram realizados encontros periódicos para acompanhar a coleta de dados e refletir sobre dúvidas, dificuldades e estratégias de solução para a pesquisa. Finalizada esta etapa e após o processamento inicial dos dados, a equipe da FASE RJ, com apoio de consultoria específica, organizou dois encontros em que as análises parciais foram apresentadas e debatidas com o grupo de defensoras e defensores de direitos humanos. Portanto, esta publicação é o resultado desse processo colaborativo, refletindo a participação ativa e o protagonismo de jovens e mulheres na construção de conhecimento sobre os seus territórios, na defesa de seus direitos.

Além de informar, o intuito deste material é inspirar novos trabalhos e reflexões coletivas pautadas na potência das favelas e periferias deste país. Então, o que mostram os dados coletados?

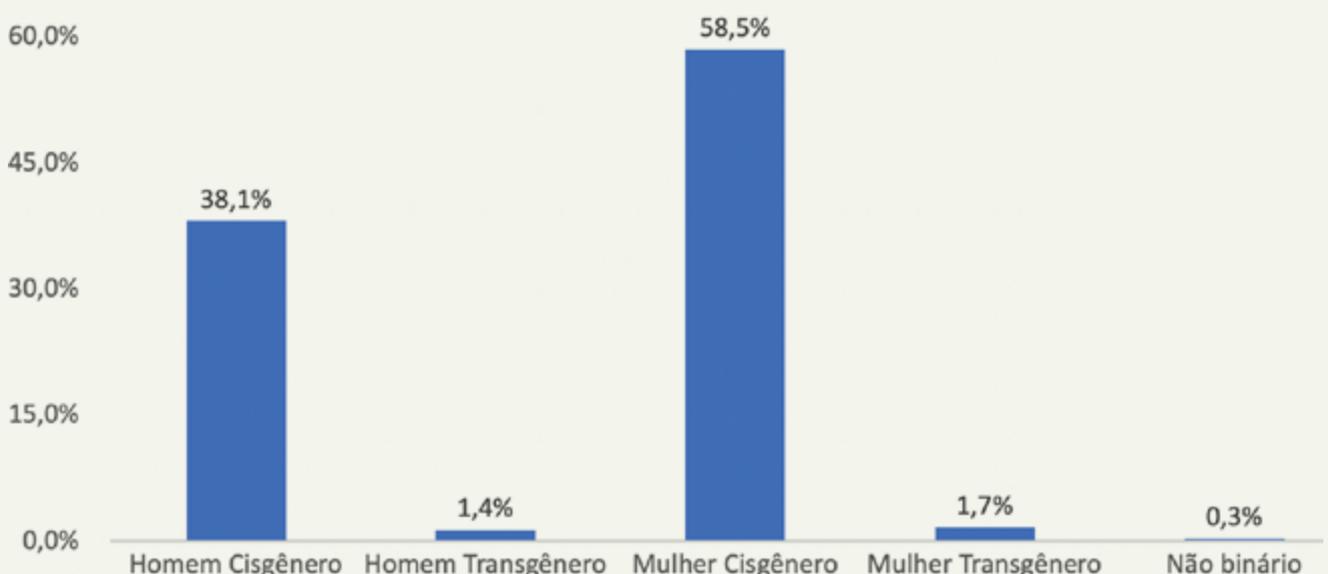


1. PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

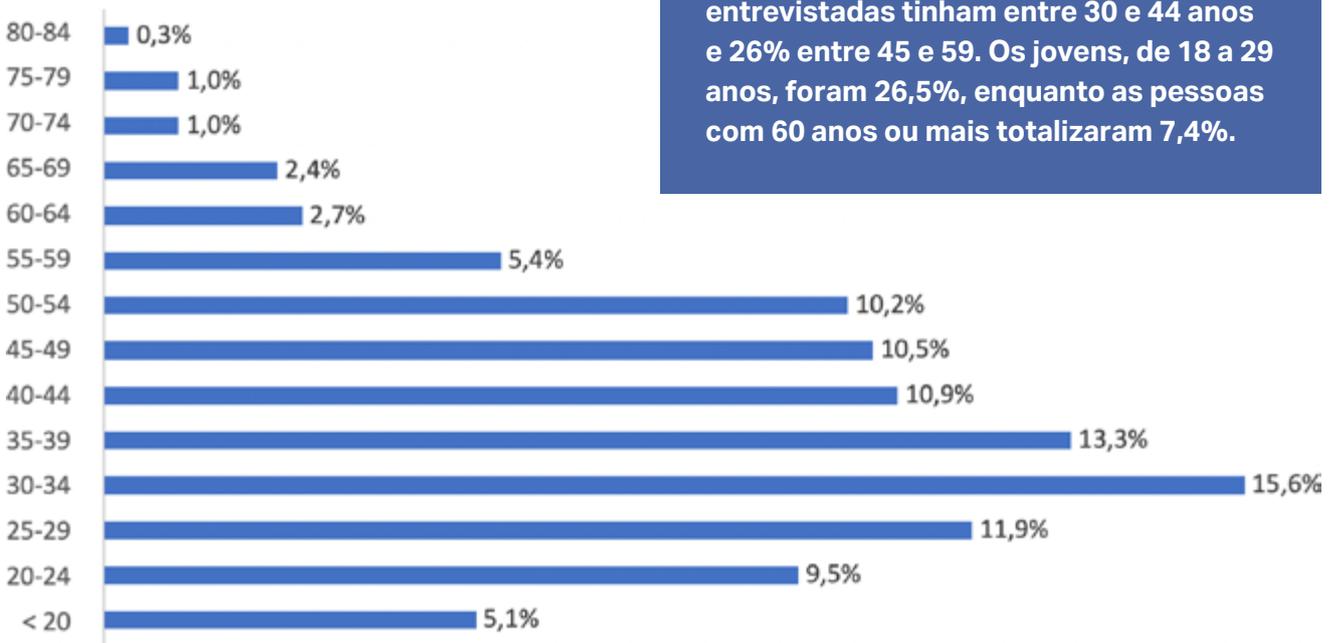
Entre as pessoas entrevistadas, a maioria foi composta por mulheres (60,2%), majoritariamente cisgênero (58,5%) - pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo atribuído ao nascimento. No entanto, esse dado geral oculta diferenças significativas entre os territórios. No Quilombo da Gamboa, o número de homens e mulheres cisgênero entrevistados foi igual, enquanto na Ocupação Dandara/Terra Prometida, mais homens cisgênero foram entrevistados do que mulheres. Apenas em dois territórios foram entrevistadas pessoas transgênero, mas em baixíssimo percentual: 3% de mulher e 2% de homem transgênero em Manguinhos; enquanto na Ocupação Povo Sem Medo/FICAP, apenas 3% eram homens transgênero. Tendo em

vista o número geral de pessoas entrevistadas, esses percentuais podem indicar uma ou duas pessoas, por exemplo. Além disso, como já pontuado, é importante ressaltar que a quantidade de questionários aplicados variou entre os territórios em função das diferenças na extensão e no número de famílias residentes em cada um deles. Dificuldades referentes ao acesso e à violência também impactaram a quantidade de pessoas ouvidas. Essa variação é relevante, pois, em termos de total absoluto, pode fazer com que alguns territórios escondam a realidade encontrada em outros. Portanto, ao longo da análise dos dados, será dado destaque às nuances e diferenças sempre que possível.

Identidade de Gênero



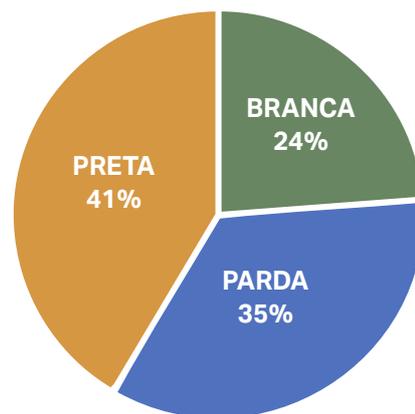
Faixa Etária



No que se refere à idade, os adultos predominaram: 39,8% das pessoas entrevistadas tinham entre 30 e 44 anos e 26% entre 45 e 59. Os jovens, de 18 a 29 anos, foram 26,5%, enquanto as pessoas com 60 anos ou mais totalizaram 7,4%.

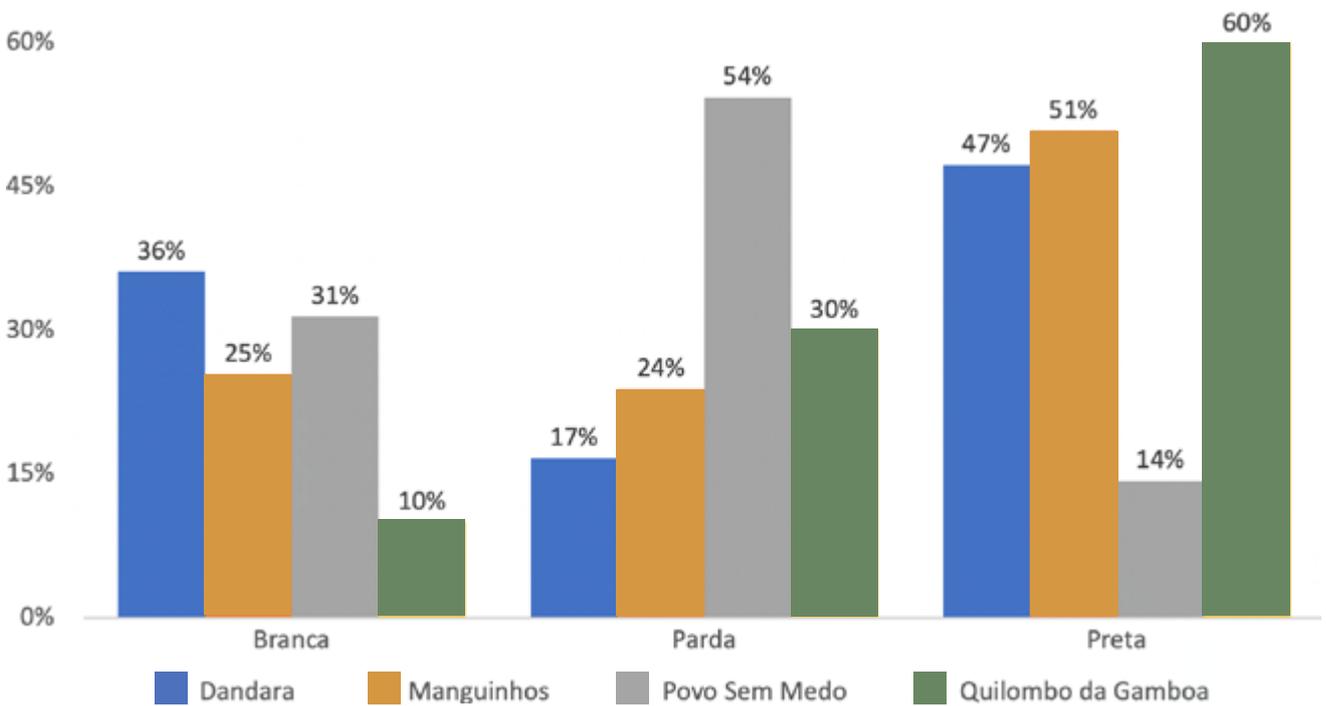
Cor/Raça

Em relação à cor/raça, prevaleceram as pessoas que se autodeclararam pretas (41%), seguidas pelas pardas (35%) e pelas brancas (24%). Apesar de haver outras alternativas, seguindo as opções do Censo, não houve ninguém que tenha se declarado amarelo ou indígena.



Seguindo as classificações do IBGE, que considera negras a soma de pessoas que se autodeclararam como pretas e pardas, observa-se uma predominância significativa de pessoas desse grupo vivendo nos territórios analisados, alcançando 76% daquelas que foram entrevistadas. No entanto, existem algumas diferenças entre os territórios que podem ser visualizadas no gráfico a seguir e merecem destaque.

Cor/Raça por território



No Quilombo da Gamboa, a maioria das pessoas se autodeclarou preta, refletindo as características sociais e políticas do próprio território, um quilombo, onde o reconhecimento coletivo como afrodescendentes influencia diretamente sobre a percepção individual. Na Ocupação Povo Sem Medo/FICAP observa-se um número significativamente menor de pessoas que se identificam como pretas, em contraste com uma quantidade maior de pessoas que se consideram pardas. Por último, na Ocupação Dandara/Terra Prometida, vale destacar que a quantidade de pessoas que se autodeclararam brancas supera a das que se identificaram como pardas, embora as pessoas pretas ainda predominem entre os entrevistados.

Entre as pessoas entrevistadas, apenas 3% relataram ter algum tipo de deficiência, sendo as deficiências motora, visual e auditiva as mais comuns.

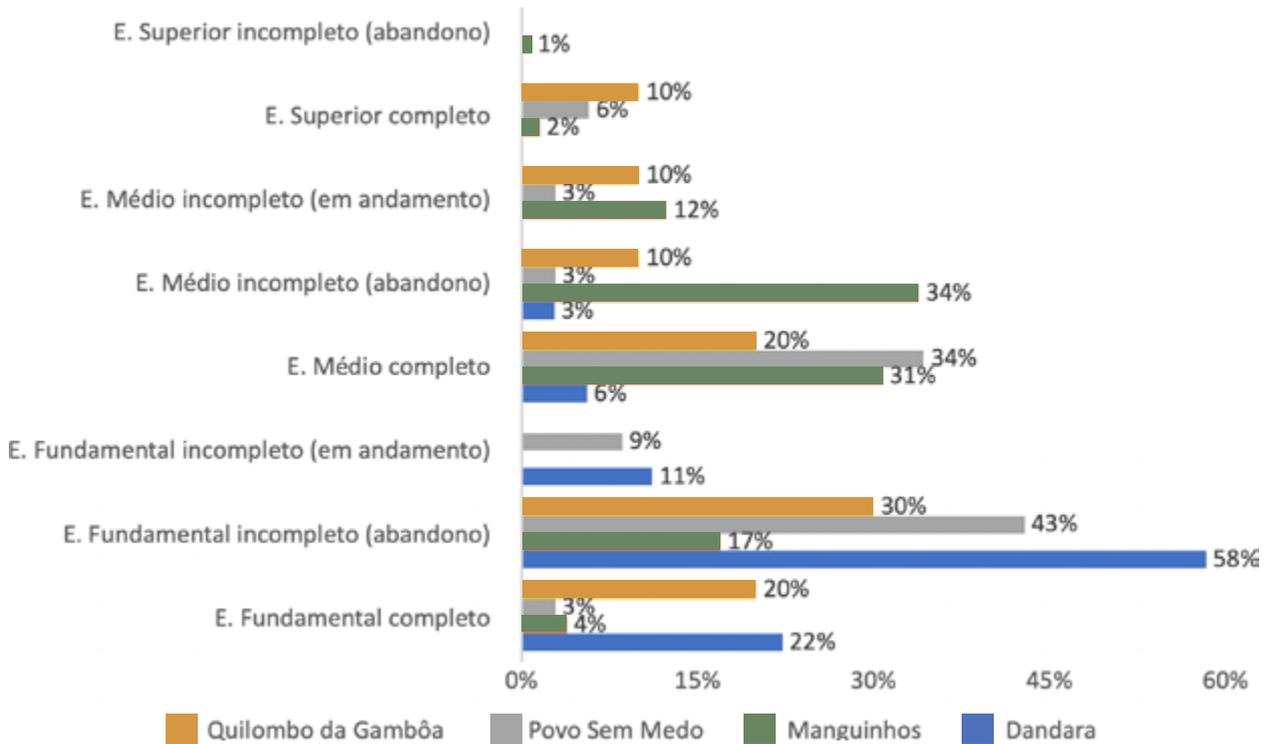
Em relação à nacionalidade, 96,6% do grupo de pessoas entrevistadas se declararam brasileiros. Contudo, é interessante notar que entre

os que não nasceram no Brasil, 2,7% eram venezuelanos – todos localizados no território da Ocupação Povo Sem Medo/FICAP –, enquanto 0,3% se identificaram como angolanos e 0,3% como argentinos. Embora a amostra e os percentuais sejam relativamente pequenos e não permitam afirmações ou conclusões abrangentes, eles dão indícios dos trânsitos e movimentos entre países, particularmente aqueles com contextos marcados pela desigualdade e pela dificuldade de acesso a direitos.

Outra questão abordada sobre a origem das pessoas dizia respeito à naturalidade, ou seja, ao estado do país em que nasceram. Entre aquelas pessoas que se declararam brasileiras, 84,4% são naturais do Rio de Janeiro, seguidos por 9,2% nascidas em estados do Nordeste, 2,6% em outros estados do Sudeste e apenas 0,7% de estado da Região Norte.

Quanto ao grau de escolaridade, podemos ver a distribuição das pessoas entrevistadas no gráfico a seguir:

Escolaridade por território



Como é possível inferir, embora 52,4% tenham chegado a cursar o Ensino Médio, sendo que 27,9% conseguiram concluir esta etapa, um percentual considerável (16,7%) abandonou a escola ao longo do caminho. Além disso, chama atenção que 29,3% declarem possuir o Ensino Fundamental incompleto, o que revela as dificuldades e barreiras para a conclusão de uma fase básica da educação. Por outro lado, uma parte das pessoas que conseguiram concluir o Ensino Médio chegaram ao Ensino Superior: 1,7% estavam cursando, enquanto 3,7% já haviam se formado.

Em Manguinhos, predominam pessoas com Ensino Médio incompleto, seja por ainda está cursando, seja por abandono, totalizando 46% das pessoas entrevistadas. Em seguida, com 31%, estão aquelas pessoas que concluíram o Ensino Médio. No Quilombo da Gamboa, é alto o percentual de pessoas com o Ensino Fundamental incompleto em função do abandono (30%), mas vale notar que aquelas pessoas com Ensino Médio completo chegam a 20% e outros 10% estão cursando o Ensino Médio. O

Quilombo da Gamboa é o território com o maior percentual de pessoas que concluíram o Ensino Superior, chegando a 10%. Na ocupação Povo Sem Medo/FICAP, predominam as pessoas com Ensino Fundamental incompleto por abandono (43%) e aquelas com Ensino Médio Completo (34%). Na Dandara/Terra Prometida predominam as pessoas com Ensino Fundamental, seja ele completo (22%), incompleto (58%) ou em andamento (11%).

Em relação à ocupação, a maioria das pessoas estava trabalhando no momento da entrevista (57,2%), com 7,5% deles também estudando. Um alto percentual de pessoas ativas no mercado de trabalho foi observado em todos os territórios. Por outro lado, o grande número de pessoas desempregadas é significativo, com 31% informando que não estavam trabalhando e nem estudando. Essa situação destaca os desafios enfrentados por muitos territórios de favelas e periferias, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão e o acesso a oportunidades de trabalho e educação.

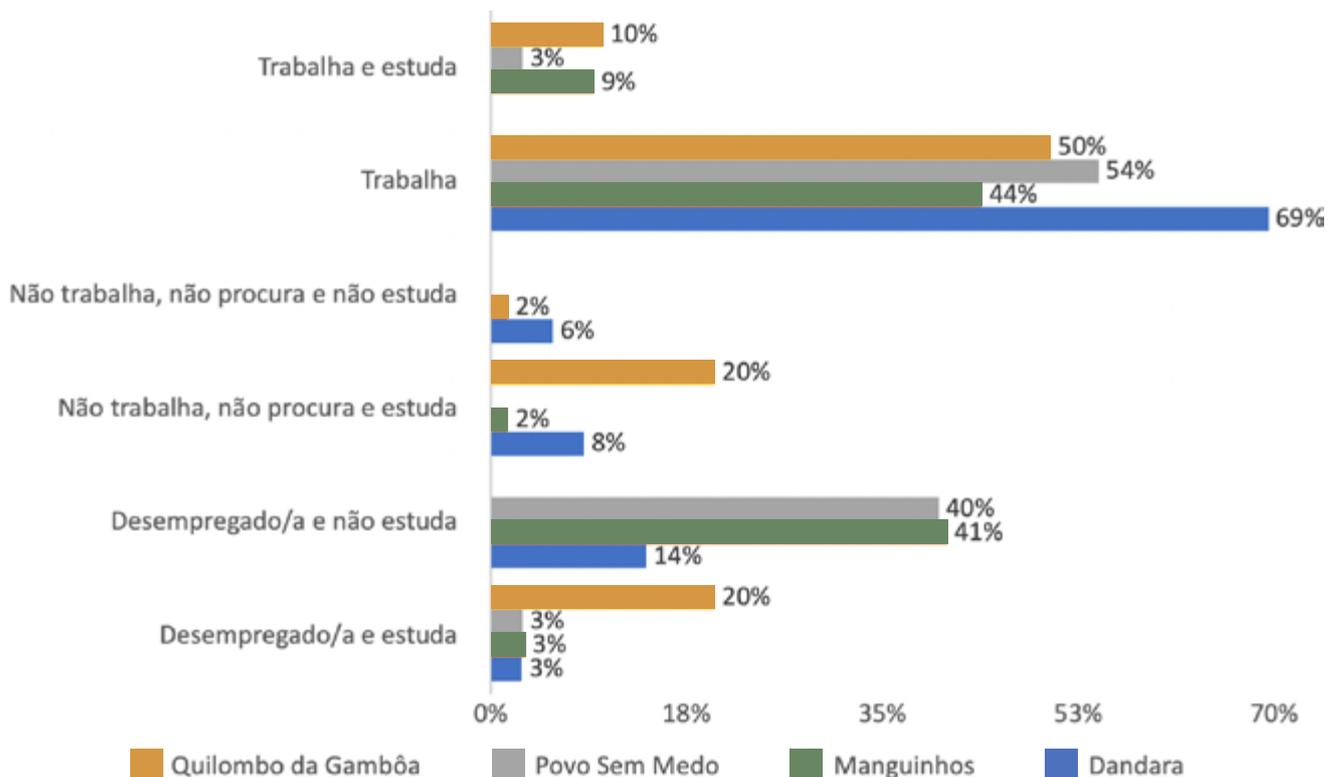
Ocupação



No que se refere às ocupações nos diferentes territórios, observa-se uma concentração de indivíduos com atividade de trabalho, seguida de uma parcela significativa de pessoas que estão desempregadas e não estudam, especialmente em Manguinhos, na Povo sem Medo/FICAP e na Dandara/Terra Prometida. No Quilombo da Gamboa, destaca-se um percentual elevado (20%) de pessoas que não estão trabalhando, não procuram emprego e não estão estudando, e outras 20% que estão desempregadas e estudando. Esses dados no Quilombo da Gamboa apresentam uma situação de vulnerabilidade socioeconômica mais acentuada

que os demais territórios, ao mesmo tempo que evidencia uma busca por qualificação, embora o acesso ao mercado de trabalho permaneça limitado. Em termos de combinação entre trabalho e estudo, os percentuais variam entre os territórios: no Quilombo da Gamboa, 10% das pessoas trabalham e estudam, enquanto em Manguinhos esse número é de 9%, e na Povo sem Medo/FICAP de 3%. Esses dados revelam a importância da educação como estratégia de inclusão social, embora a realidade de conciliar trabalho e estudo seja desafiadora para uma parcela considerável da população.

Ocupação por território



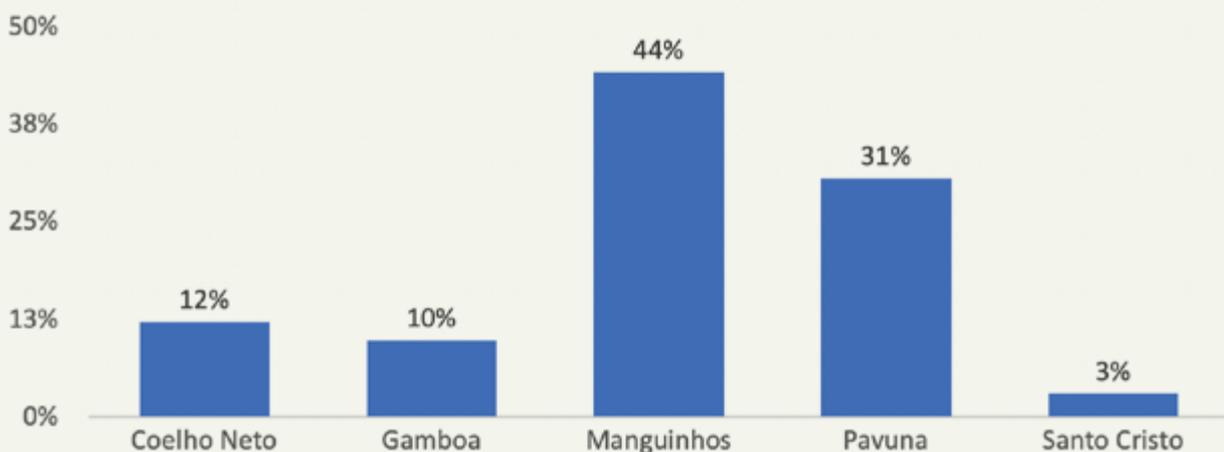
Entre as pessoas entrevistadas, a maioria (69%) reside em favelas, 29,3% em ocupações e 1% em condomínios, particularmente se referindo à Vila Portuária, no bairro do Santo Cristo. Quando questionadas sobre o bairro onde vivem, a maior parte dos entrevistados mencionou Mangueiros (44%), seguido pela Pavuna (31%), Coelho Neto (12%), Gamboa (10%) e Santo Cristo (3%). Esses dados refletem as características e abrangência do projeto “Construindo Territórios Saudáveis”, que alcança diferentes territórios e tipos de moradia, e se relacionam com as possibilidades e limitações no acesso aos participantes, conforme detalhado na nota metodológica na apresentação deste diagnóstico.

O tempo de moradia nos territórios, no momento da entrevista, variou: 38,8% residiam no mesmo local entre 1 e 7 anos, 11,9% de 8 a 15 anos e 15,3% de 16 a 21 anos. Com relação ao tamanho das famílias, a maioria das pessoas morava em casas compostas por uma e três pessoas (54%), 41% em casas com quatro a seis pessoas e 5% com sete a doze pessoas. No território do Quilombo da Gamboa, 30% relataram compartilhar a habitação com sete a nove pessoas, evidenciando características particulares da configuração do lugar. Esses dados indicam

diferentes níveis de estabilidade e condições habitacionais, o que influencia diretamente em aspectos da vivência e das condições sociais de cada território, assim como as dinâmicas e os desafios enfrentados pelas pessoas entrevistadas.

Em termos de composição familiar, os grupos predominantes nas residências foram os de crianças (até 12 anos incompletos), com 40%, adolescentes (entre 12 e 17 anos incompletos), com 26%, e jovens (dos 18 até os 29 anos), com 37%, mas também apareceram lares compostos por idosos (60 anos ou mais), pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades de gênero), pessoas com deficiência e com Doenças Crônicas. Apenas 15% informaram que a família não tinha nenhum componente desses grupos. Quando questionados sobre quem consideravam “chefe da família”, 67% referiram-se a si mesmos, seguidos pelas mães e maridos/companheiros.

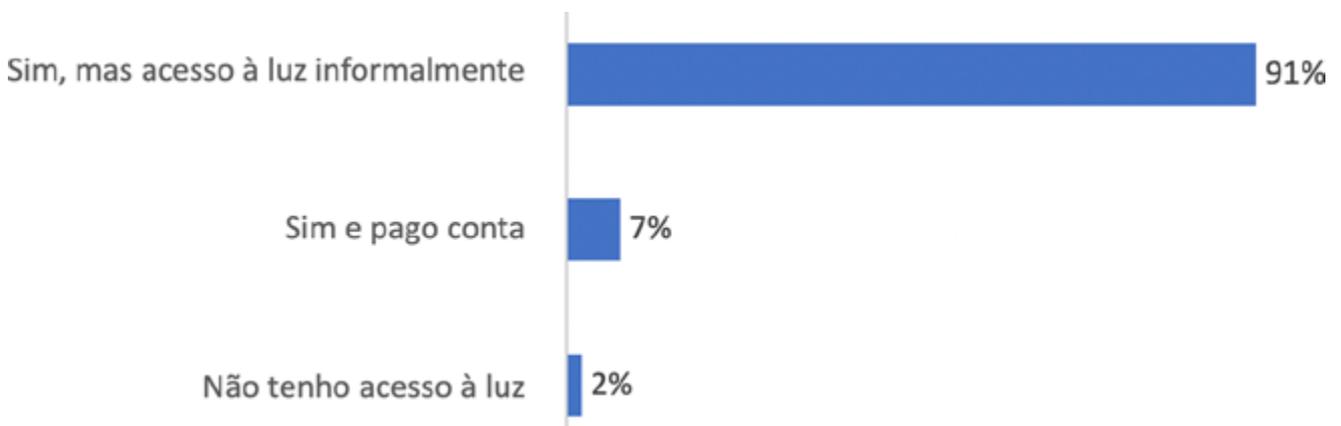
Local de moradia - Bairro



Além disso, é relevante refletir sobre as condições das moradias na relação com o acesso a direitos básicos, o que ajuda a compreender as desigualdades enfrentadas pelas pessoas entrevistadas. No que diz respeito ao acesso à água, o panorama identificado apresenta semelhanças com a realidade de muitos territórios de baixa renda no Brasil: 76% dos entrevistados afirmaram que o fornecimento era feito informalmente, o que sugere uma dependência de fontes alternativas à rede oficial e, muitas vezes, precárias. Apenas 23% disseram ter acesso à água por vias formais e um pequeno percentual (1%) relatou não ter acesso à água encanada. No Quilombo da Gamboa, o percentual de pessoas sem acesso à água encanada chega a 10%, colocando o desafio da garantia de direitos essenciais para a população e a necessidade de uma maior atenção às condições de vida em territórios com infraestrutura limitada.

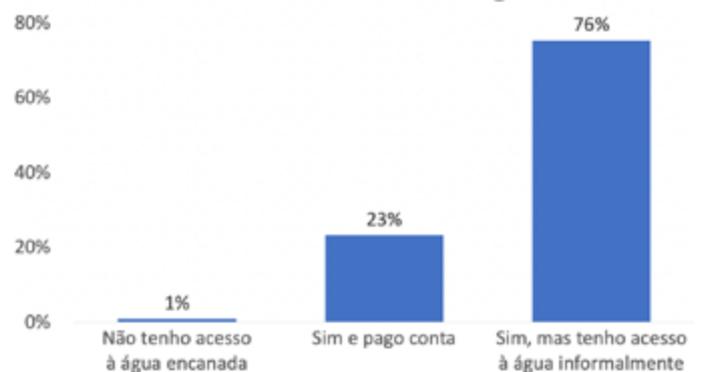
No que se refere ao acesso à energia elétrica, o quadro é bastante similar. A maioria dos entrevistados tem acesso à luz de forma informal, enquanto uma parcela menor possui acesso formalizado e uma pequena parte permanece sem eletricidade. No caso específico do Quilombo da Gamboa, esse percentual de falta de acesso chega a preocupantes 50%, evidenciando mais uma vez a desigualdade no fornecimento de serviços essenciais.

Energia elétrica



A pesquisa também abordou a questão do esgotamento sanitário. Observou-se que 91% dos entrevistados possuíam algum tipo de esgotamento, mas 85% não tinham conhecimento sobre o destino do esgoto, revelando uma carência em termos de informação e infraestrutura sanitária adequada. Apenas 6% declararam ter o esgoto conectado à rede geral, enquanto 9% não possuíam esgoto encanado. Quanto ao banheiro no interior da moradia, 97% das residências dos entrevistados possuíam o cômodo, enquanto 3% não contavam com essa estrutura básica. Estes números dialogam com os desafios enfrentados no Brasil, onde, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o déficit de acesso a esgotamento sanitário adequado ainda é um problema grave, sobretudo em áreas menos favorecidas, como as favelas e periferias.

Abastecimento de água



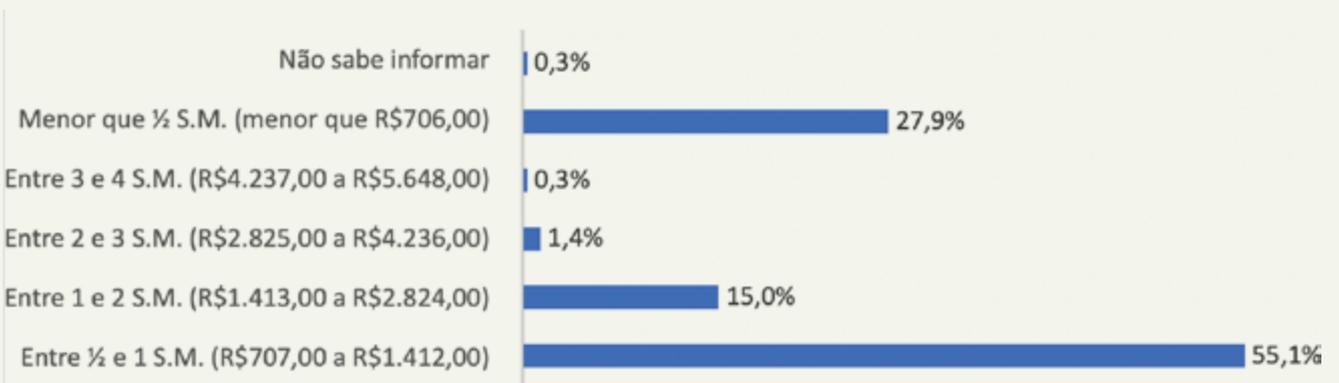
Esgotamento sanitário



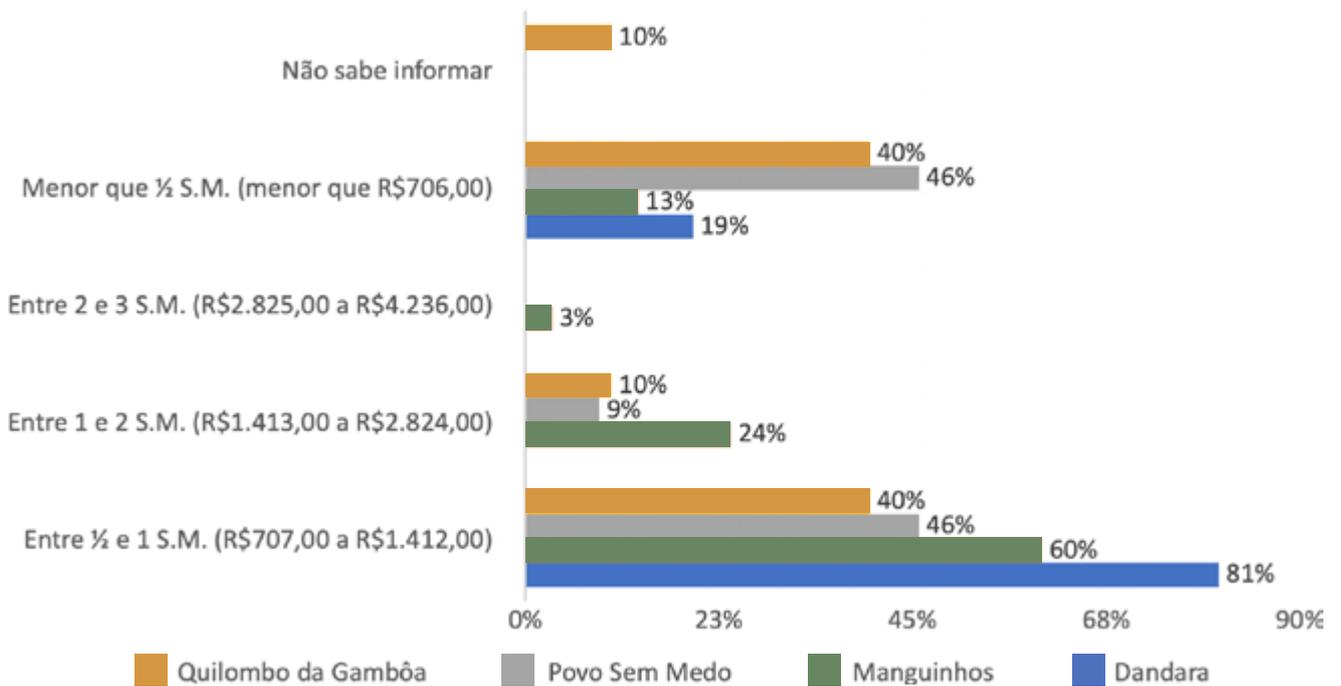
A situação de renda familiar apresentou-se desafiadora: a maioria dos entrevistados vivia com valores entre meio e um salário mínimo (R\$ 1.412,00 no momento da pesquisa), evidenciando a precariedade econômica. Na Ocupação Dandara/Terra Prometida, 81% dos entrevistados estavam nessa faixa de renda. Por outro lado, uma parcela expressiva vivia com menos de meio salário mínimo (R\$ 706,00), sendo 46% na Povo Sem Medo/FICAP e 40% no Quilombo da Gamboa. A situação de renda familiar obser-

vada reflete a realidade de muitos brasileiros em situação de vulnerabilidade, ainda mais evidente em comunidades historicamente excluídas, especialmente diante das desigualdades econômicas e do aumento do custo de vida. No Brasil, grande parte da população sobrevive com até um salário mínimo, destacando a importância de políticas de inclusão e transferência de renda para garantir o mínimo de dignidade.

Renda familiar mensal

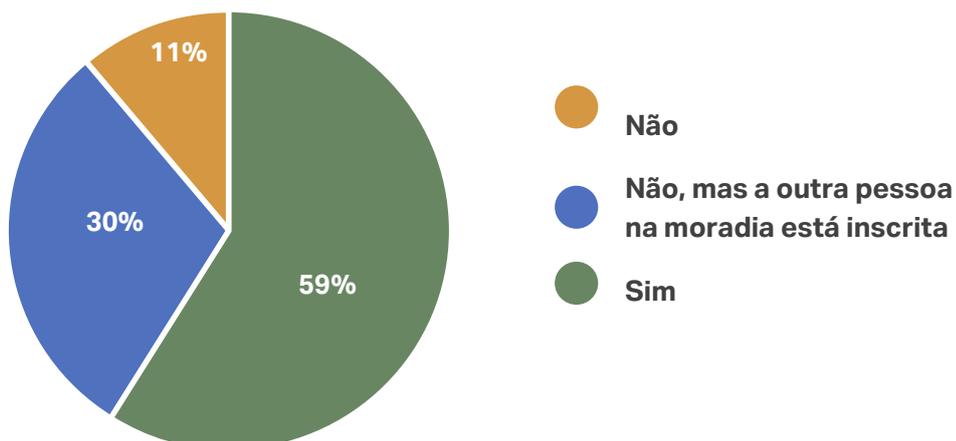


Renda familiar mensal por território

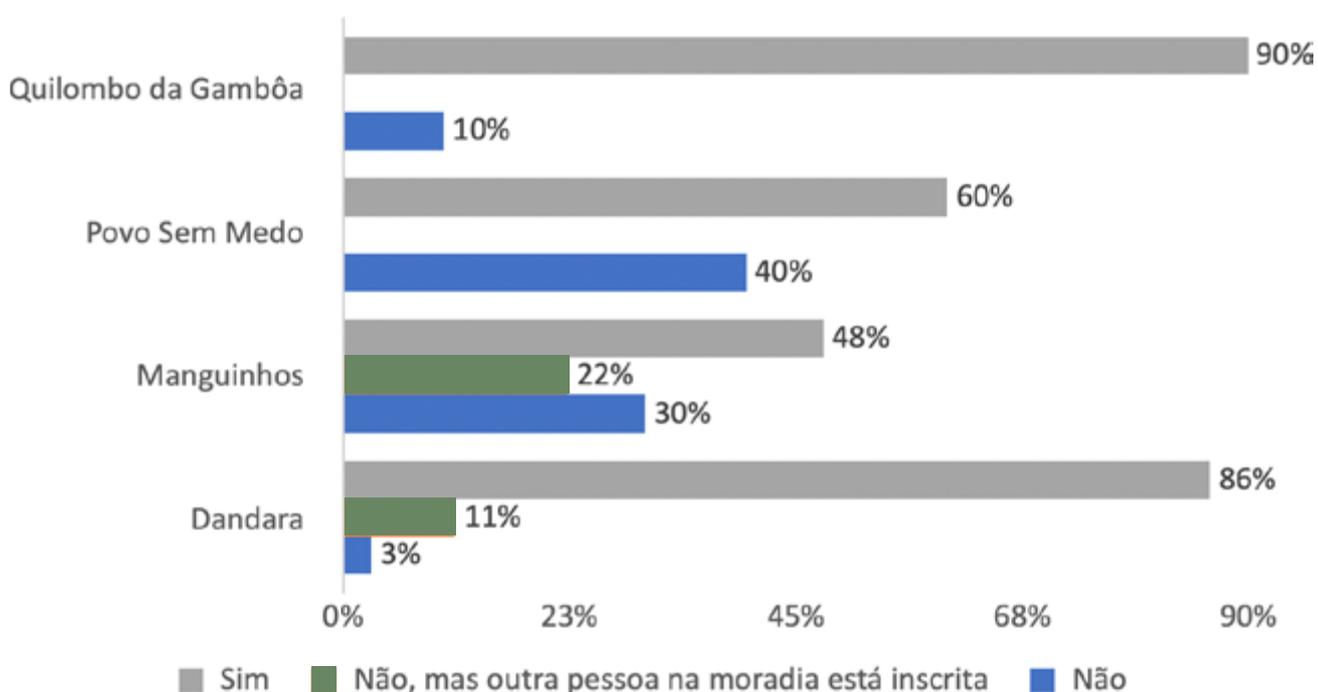


As perguntas iniciais também abordaram a relação das pessoas entrevistadas com programas de transferência de renda e outras políticas públicas similares. Entre as informações mais significativas, está a sobre as famílias inscritas no Cadastro Único, utilizado como base para diversos programas sociais. O CadÚnico reúne um conjunto de informações sobre famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, e é utilizado como requisitos por governos (federal, estadual e municipal) para o acesso a políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida dessas famílias. Dentre as pessoas entrevistadas, 59% estavam inscritas no CadÚnico ou residiam com alguém cadastrado (11%), enquanto 30% não possuíam inscrição na base de dados do governo federal. Destaca-se que, no Quilombo da Gamboa e na Ocupação Dandara/Terra Prometida, o número de pessoas inscrita chega a 90% e 86%, respectivamente, demonstrando a importância das políticas assistenciais.

Inscrição no CadÚnico

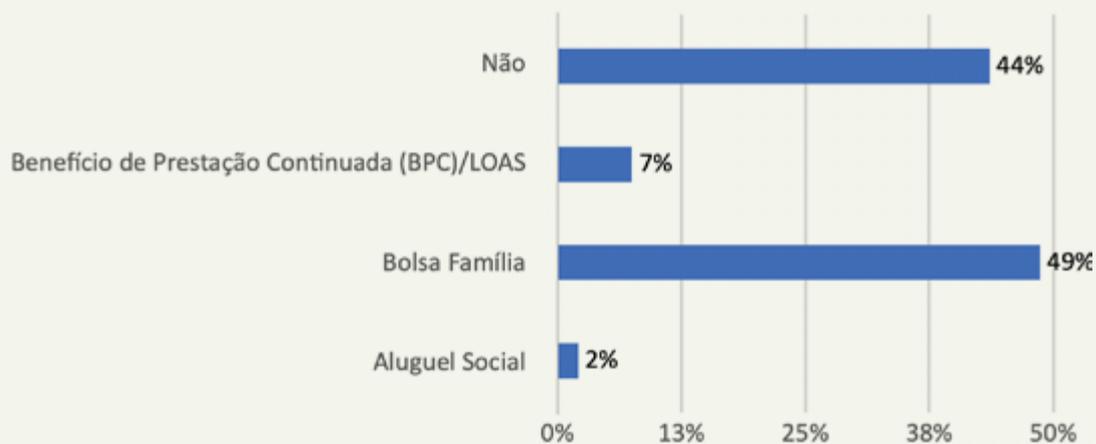


Inscrição no CadÚnico por território

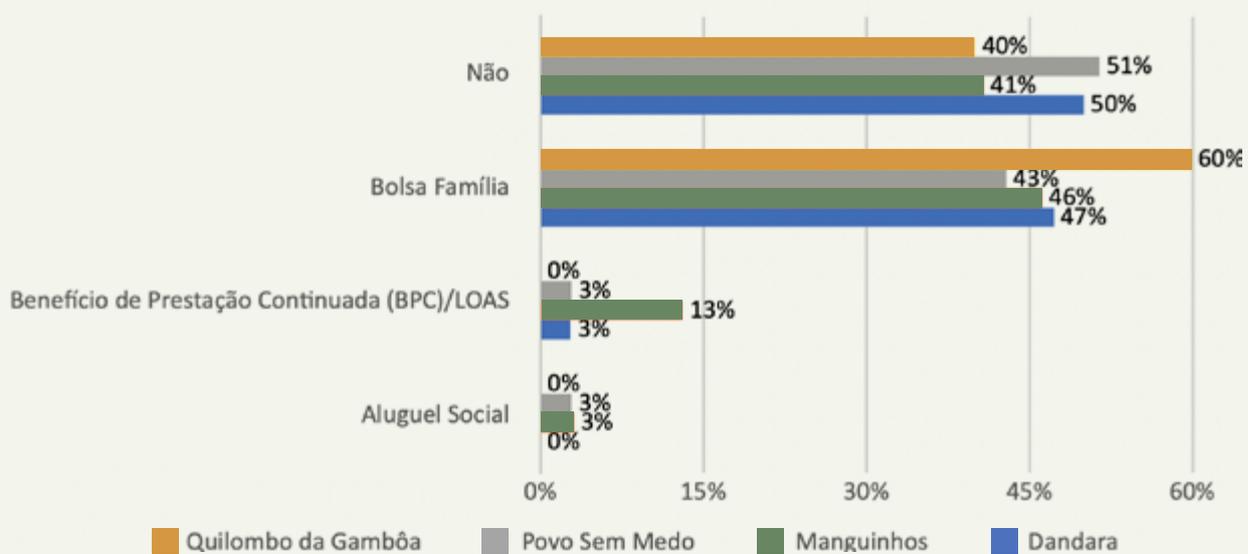


Além disso, foi perguntado sobre o acesso a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que historicamente impacta milhões de brasileiros. A maioria das pessoas entrevistadas estava incluída nesses programas, mas ainda é significativo o número de pessoas sem acesso, superando 40% do total de participantes da pesquisa. Nos territórios analisados, notou-se um maior acesso ao Bolsa Família no Quilombo da Gambôa (60%) e uma prevalência do Benefício de Prestação Continuada/LOAS em Manguinhos (mais de 10%). Esses números evidenciam variações entre territórios, reforçando a necessidade de políticas públicas direcionadas às especificidades locais para garantir uma maior efetividade e inclusão social.

Programas de transferência de renda



Programas de transferência de renda por território



2. COVID-19 E SEUS IMPACTOS

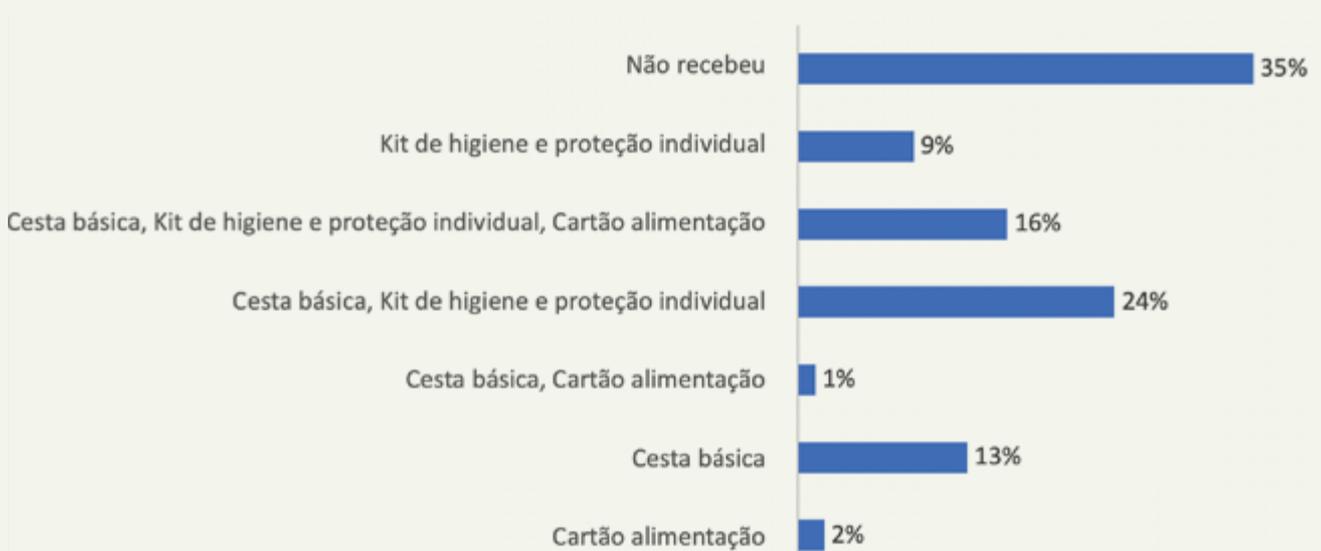
Tendo em vista o escopo do projeto e o fato de a realidade cotidiana ainda ser marcada por um cenário pós-pandêmico, o questionário incluiu um conjunto de questões relacionadas à pandemia de Covid-19, que afetou o mundo e, de modo particular, o Brasil entre 2020 e 2022. Embora ainda lidemos com as consequências desse período, observa-se um contexto de população amplamente vacinada e esforços governamentais, via Sistema Único de Saúde (SUS), para minimizar o número de casos e óbitos.

Começamos indagando sobre a experiência pessoal das pessoas entrevistadas durante a pandemia. Dentre elas, 46,9% relataram ter recebido todas as parcelas do auxílio emergencial; 16% receberam apenas na primeira rodada; e 37% não tiveram acesso ao benefício. Dados nacionais mostram que, apesar de abrangente, o auxílio não alcançou todas as famílias em necessidade, revelando lacunas em sua distribuição, cuja criação buscou mitigar os impactos da crise econômica sobre os mais vulneráveis.

As diferenças no acesso ao auxílio emergencial entre os territórios abrangidos pelo projeto são marcantes. Em Dandara/Terra Prometida e na Povo Sem Medo/FICAP, a proporção de pessoas que receberam o auxílio foi consideravelmente mais alta, destacando-se no contexto da mobilização social em regiões mais precarizadas, onde o impacto da pandemia foi mais severo.

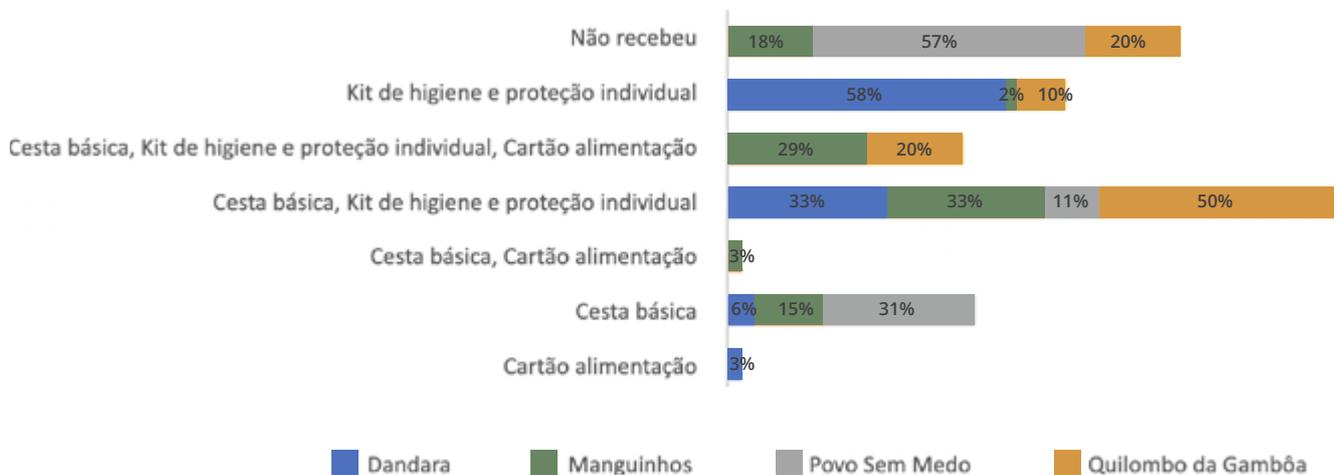
Além do auxílio emergencial, perguntamos se as pessoas entrevistadas haviam recebido algum tipo de ajuda humanitária ou apoio solidário durante a pandemia, considerando o papel vital desempenhado por organizações não governamentais e redes de solidariedade na resposta às demandas naquele período. A maioria recebeu alguma forma de ajuda, ainda que a natureza do apoio tenha variado, incluindo distribuição de cestas básicas e kits de higiene e proteção individual. As iniciativas humanitárias complementaram as lacunas deixadas por políticas públicas, refletindo o esforço coletivo de diversas instituições.

Durante a pandemia recebeu algum tipo de ajuda humanitária ou ação de solidariedade?



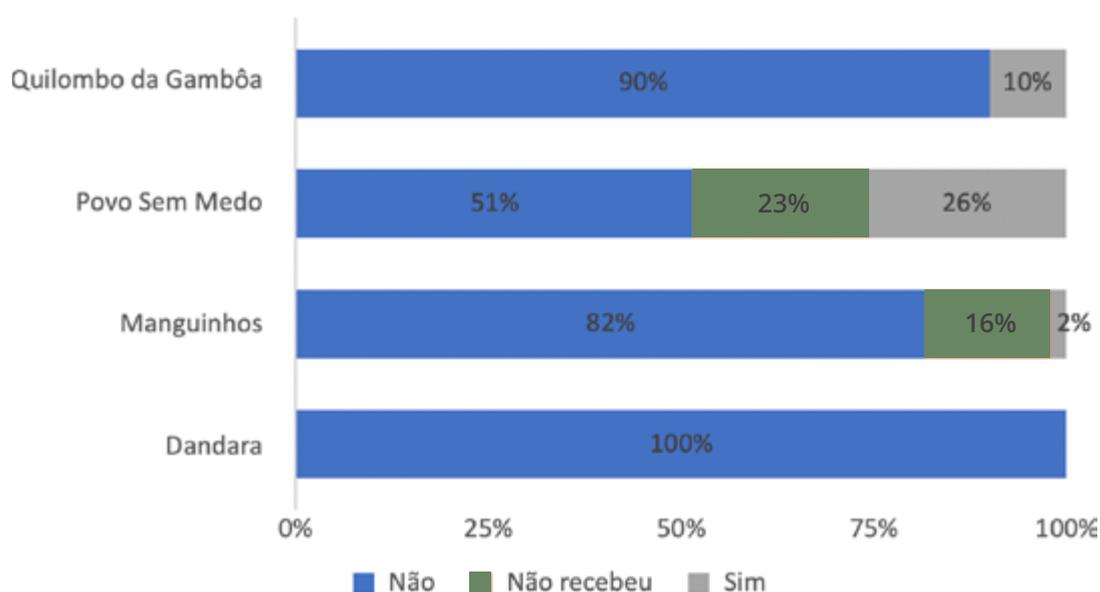
As diferenças entre os territórios também podem ser notadas nesse caso:

Ajuda humanitária ou ação de solidariedade durante a pandemia por território

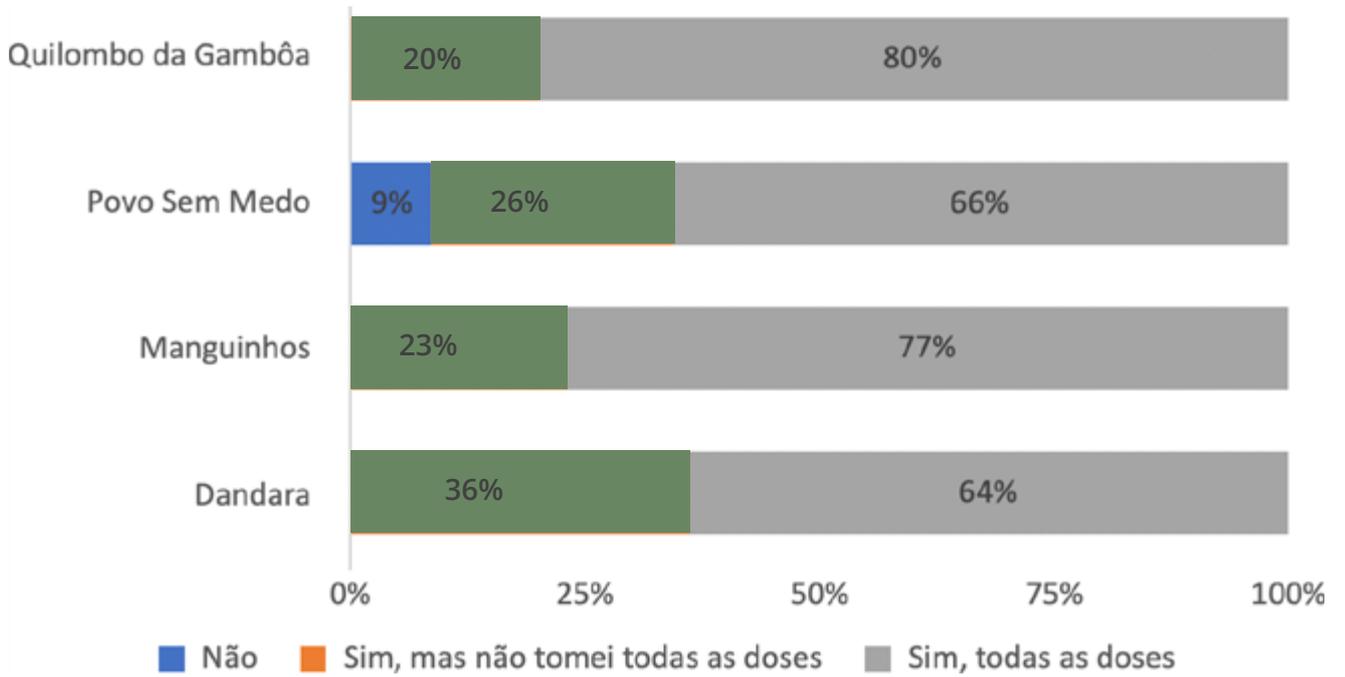


Em abril de 2024, apenas 4% das pessoas entrevistadas ainda recebiam algum tipo de ajuda humanitária. No entanto, na Ocupação Povo Sem Medo e no Quilombo da Gamboa, esses percentuais foram mais elevados, indicando que as marcas da pandemia persistem em alguns territórios. Isso evidencia a vulnerabilidade econômica e social acentuada pelo impacto da pandemia.

Ajuda humanitária ou ação de solidariedade em 2024 por território



Vacinação contra Covid-19



A vacinação foi outro tema crucial. Apesar da ampla desinformação que circulou durante o início da campanha de imunização, 71% dos entrevistados afirmaram ter tomado todas as doses recomendadas, 26% se vacinaram, mas não completaram o esquema vacinal, e apenas 2% não se vacinaram. Apenas na ocupação Povo Sem Medo/FICAP aparecem pessoas que não tomaram a vacina. O contexto brasileiro reflete um esforço significativo para alcançar a cobertura vacinal, enfrentando desafios de confiança e logística, especialmente em territórios vulneráveis.

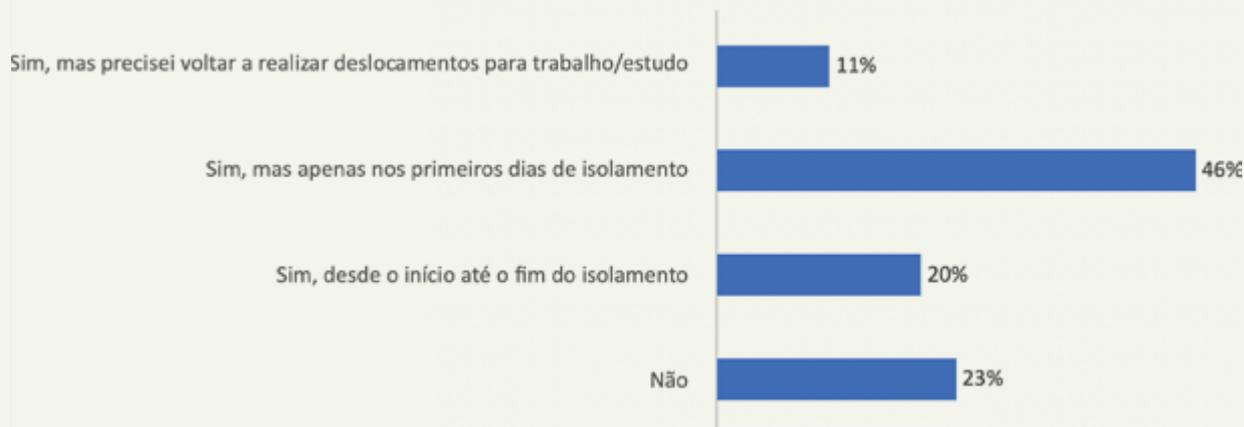
Além da busca por proteção através da vacina, outro ponto abordado foi o acesso aos testes de Covid-19. Embora tenham se tornado comuns durante a pandemia e desempenhado um papel importante na prevenção de um espreado ainda maior do vírus, a realização dos testes variou amplamente entre os territórios, revelando desigualdade no acesso a serviços de saúde essenciais. Cerca de 56,8% dos entrevistados não fizeram testes nos últimos 12 meses, com taxas mais elevadas na ocupação Povo Sem Medo/FICAP, onde quase todas as pessoas entrevistadas (97%) não haviam realizado o teste; e em Manguinhos, chegando a 42%.

Vale reforçar que o teste demonstra não apenas cuidado individual para realizar as melhores ações para lidar com a doença, mas também preocupação com as outras pessoas, tendo em visto o alto risco de contágio da doença.

Das pessoas que fizeram testes, 92,2% tiveram resultados negativos nos últimos 12 meses e 81,29% nunca havia testado positivo desde o início da pandemia em 2020.

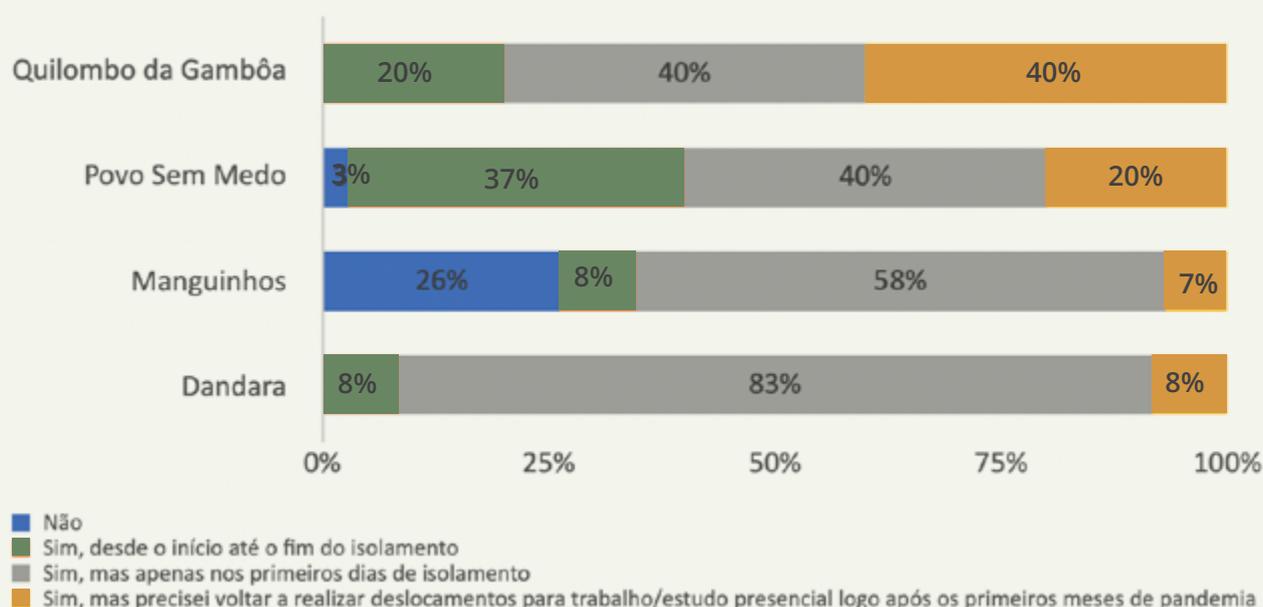
Sobre os impactos da pandemia, fizemos uma série de questões mais específicas. Pensando nas dinâmicas individuais e coletivas que reconfiguraram a vida da população de diferentes modos, perguntamos se as pessoas entrevistadas conseguiram realizar o isolamento em algum momento da pandemia. Como pode ser observado a seguir, a maioria disse ter conseguido, mas apenas nos primeiros dias, destacando as dificuldades vividas por populações que dependem do trabalho informal para sua subsistência.

Você teve a possibilidade de fazer isolamento social domiciliar em algum momento da pandemia?



Mesmo que 23% das pessoas entrevistadas não tenham feito isolamento em nenhum momento, é expressivo o percentual daquelas que fizeram isolamento do início ao fim (20%). Mais uma vez, esses percentuais tiveram variações importantes a depender do território do projeto em foco. Enquanto na Ocupação Povo sem Medo/FICAP esse percentual foi de 37% e no Quilombo da Gamboa de 20%, em Manguinhos e Dandara/Terra Prometida, esse número foi muito menor: apenas 8% realizaram isolamento do início ao fim da pandemia, refletindo as dificuldades enfrentadas pela maioria das famílias de territórios populares para interromper suas atividades.

Isolamento social domiciliar durante a pandemia por território



O uso de equipamentos de proteção individual foi amplamente adotado, com 96% dos entrevistados utilizando máscaras e álcool em gel. Sobre as fontes de informação utilizadas durante a pandemia, nota-se que os noticiários de TV ainda ocupam um lugar bastante central. A rede familiar e de amizade também aparece com grande importância e se encontram muitas vezes associadas aos usos de aplicativos de mensagem instantânea (como o WhatsApp ou o Telegram) e as redes sociais virtuais (como Facebook e Instagram) que, infelizmente, também foram veículos para a disseminação de informações sem fundamento científico ou intencionalmente tendenciosas e falsas. Vale destacar, ainda, a relevância do Estado no que se refere à difusão de informações sobre a Co-

vid-19, já que as fontes oficiais, como as Secretarias de Saúde e o Ministério da Saúde, e os equipamentos públicos, como as Clínicas da Família e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), aparecem como fonte para 47% e 43,1%, respectivamente. Por último, chama atenção o papel dos meios de comunicação comunitários que aparecem como fonte para 12,5% das pessoas, ainda que na Ocupação Dandara/Terra Prometida não tenha sido citado.

Quais foram os principais impactos da Covid-19 em sua vida?



O questionário abordou também os principais impactos da pandemia para as pessoas que vivem nos territórios do projeto, destacando-se a insegurança alimentar, a redução da renda familiar, a piora do nível de estresse e da saúde mental, as dificuldades em manter o distanciamento social e em atuar politicamente, entre outros. Esse último aspecto foi mais expressivo entre os entrevistados no Quilombo da Gamboa, revelando como a pandemia afetou não só as condições socioeconômicas, mas também as formas de engajamento social e político em determinados grupos.

Outra questão relevante foi a das violações de direitos enfrentadas durante a pandemia, com destaque para a insegurança alimentar e a fome. Os entrevistados puderam assinalar múltiplas respostas, evidenciando que, além da fome, houve impactos como falta de acesso a serviços de saúde, educação, moradia, água potável, bem como desinformação e racismo. Tais fatores destacam as desigualdades estruturais no país, que se agravaram com a crise sanitária.

Ainda que as pessoas não tenham relatado fome diretamente, muitos tiveram restrições no consumo de itens básicos de sua dieta, o que impacta diretamente sua dignidade e qualidade de vida. Uma pergunta específica reforçou essa questão: 75% das pessoas entrevistadas relataram dificuldades para consumir algum alimento durante a pandemia. Os itens mais afetados foram carne bovina (71%), leites e derivados (43%) e legumes e verduras (34%), produtos essenciais na dieta cotidiana. A inflação, especialmente sobre alimentos, foi um fator crítico que limitou o acesso das famílias a uma alimentação adequada.

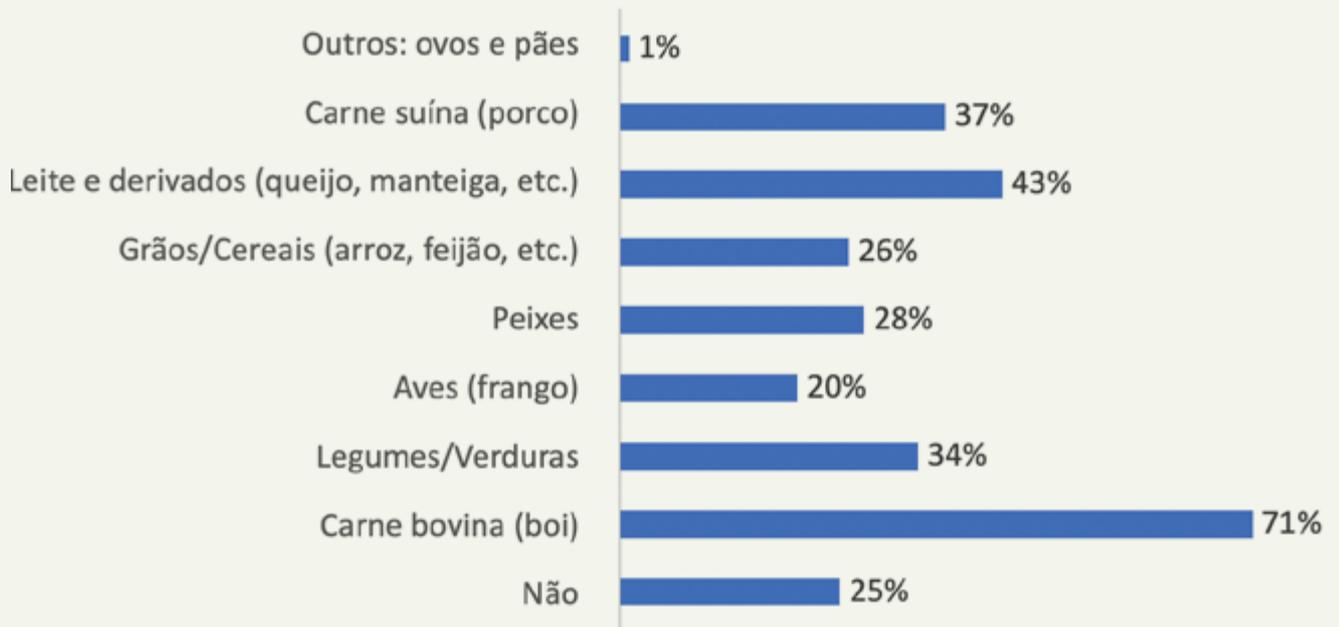
Fontes de informação sobre a Covid-19



Quais as principais violações de direitos vivenciados durante a pandemia da Covid-19?



Alimentos cujo consumo se tornou difícil durante a pandemia

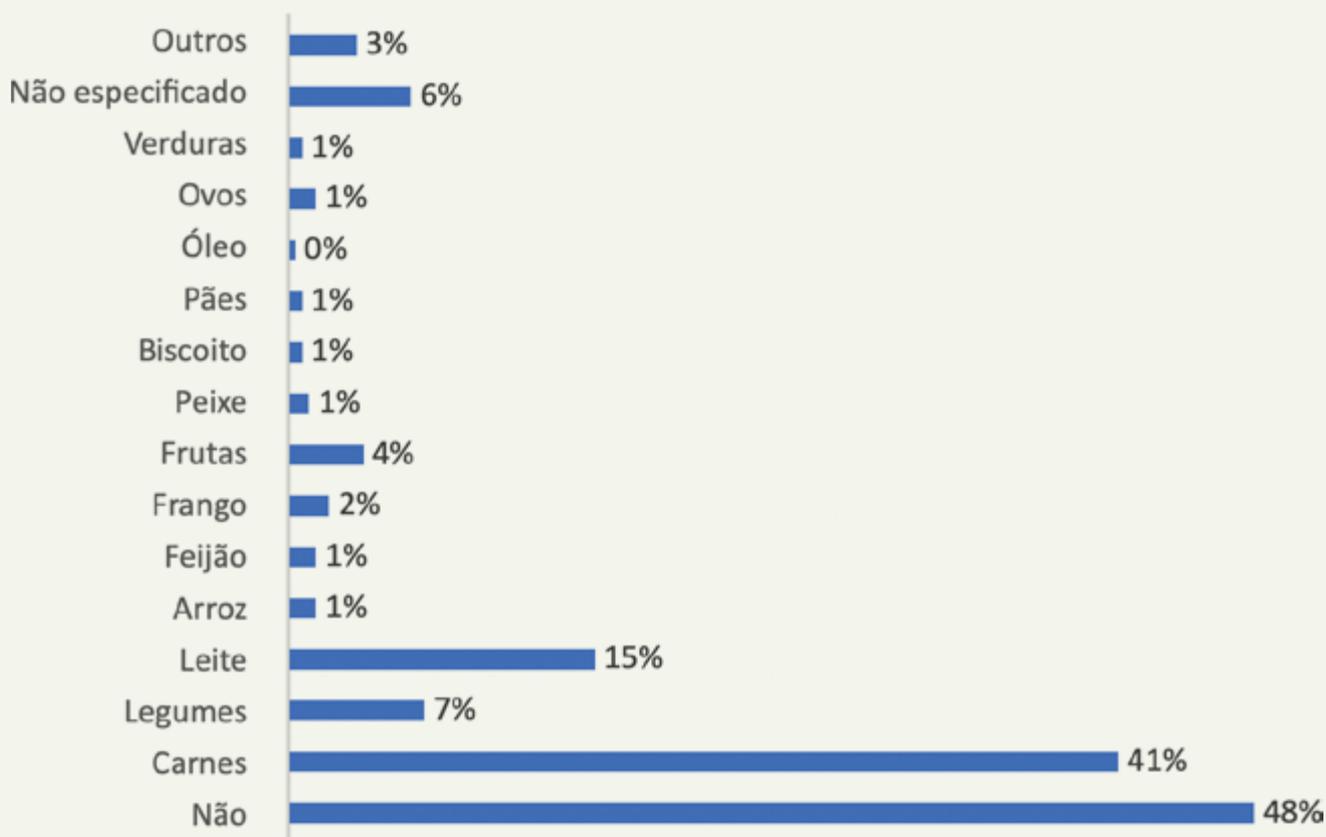


Além disso, muitos entrevistados relataram que precisaram reduzir ou parar de consumir determinados alimentos. Embora 48% tenham dito que não foi necessário interromper completamente o consumo de nenhum item, um número significativo (41%) deixou de consumir carnes de origem bovina, e 15% pararam de consumir leite e seus derivados.

O acesso a outros produtos e serviços durante a pandemia também foi afetado, com a maioria relatando redução no consumo devido à alta de preços. Apenas 8% das pessoas entrevistadas afirmaram não ter sido impactadas pelo aumento dos preços. A alimentação, mais uma vez, foi o item em que a redução foi mais perceptível, seguida por serviços e produtos ligados ao lazer, ilustrando como as prioridades das famílias foram ajustadas para lidar com a crise.



Durante a pandemia sua família precisou deixar de consumir algum alimento? Qual(is)?



Durante a pandemia sua família precisou reduzir o consumo de algum produto ou serviço em função dos preços?



As dificuldades relacionadas a trabalho e renda também foram abordadas. Para muitas pessoas, a pandemia tornou impossível continuar exercendo suas ocupações originais. Alguns precisaram migrar para o trabalho remoto, enquanto outros não conseguiram se isolar para não perderem suas fontes de renda. Perguntou-se se as pessoas precisaram mudar de profissão, e quase todas (90,48%) responderam negativamente, com diferenças significativas por território. No Quilombo da Gamboa, 30% precisaram mudar de ocupação, contrastando com a Ocupação Dandara/Terra Prometida, onde nenhuma pessoa precisou fazê-lo. As ocupações emergentes incluíram diaristas, recicladores, ajudantes de obra e camelôs, refletindo a alta precarização desses trabalhos.

A questão sobre a complementação de renda revelou que a maioria das pessoas entrevistadas (85,71%) também não precisou buscar novas atividades para complementar seus rendimentos. O acesso ao auxílio emergencial, programas de transferência de renda e redes de solidariedade pode ter reduzido a necessidade de buscar ocupações adicionais, destacando a importância das políticas de transferência de renda e das ações de apoio comunitário durante a crise sanitária provocada pela Covid-19.

De forma geral, a análise dos dados ilustra como os impactos da pandemia foram sentidos de maneira desigual em diferentes territórios e grupos populacionais. Questões relacionadas a segurança alimentar, precarização do trabalho e acesso a serviços básicos permaneceram como desafios centrais para o Brasil em seu processo de recuperação. A experiência da pandemia expôs e aprofundou desigualdades já presentes na sociedade, exigindo um olhar atento para políticas públicas que garantam maior proteção social e inclusão econômica para os grupos mais vulnerabilizados.



3. PERCEPÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO

Um aspecto central do projeto diz respeito ao fortalecimento dos direitos de quem vive nos territórios e, para isso, é indispensável conhecer e aprofundar as informações e percepções sobre os fatores que contribuem para dificultar ou limitar o acesso de quem vive nesses locais aos seus direitos e serviços públicos. Nesse sentido, o grupo de defensoras e defensores de Direitos Humanos buscaram compreender a percepção sobre como a violência impacta o cotidiano das pessoas e seus territórios. Essa dimensão foi considerada fundamental, na medida em que os territórios populares, ocupados majoritariamente por pessoas negras, enfrentam desafios acentuados pela violência urbana, o que torna urgente a busca por soluções e pela garantia de direitos.

As primeiras perguntas diziam respeito ao sentimento de segurança das pessoas transitando de dia ou de noite pelo território em que vivem. Inicialmente, a análise sobre segurança revelou que, durante o dia, a maioria das pessoas entrevistadas se sente segura onde vive, embora com variações significativas. Em Manguinhos,

por exemplo, 12% relataram sentir-se inseguros, e no Povo Sem Medo/FICAP, 14%. Esses dados, ainda que possam parecer menos críticos, não devem ser vistos como satisfatórios, já que a segurança no próprio território deveria ser garantida a todos. Em contrapartida, os números são preocupantes em Dandara/Terra Prometida e no Quilombo da Gamboa. No Quilombo, metade das pessoas entrevistadas declarou não se sentir segura nem mesmo durante o dia, enquanto em Dandara/Terra Prometida, todos os participantes afirmaram sentir insegurança em qualquer horário. Durante o processo de validação dos dados, destacou-se que Dandara/Terra Prometida é um território isolado, localizado próximo ao rio Acari e cercado por grandes fábricas, o que contribui para um cenário de deserto urbano, aumentando o risco e a sensação de vulnerabilidade.

Você se sente segura/o ao andar no seu território e no entorno durante o dia?

Não	29%
Sim	71%

Você se sente seguro durante o dia no seu território

	Dandara	Manguinhos	Povo Sem Medo	Quilombo da Gambôa
Não	100%	12%	14%	50%
Sim	0%	88%	86%	50%

A sensação de insegurança se intensifica à noite, exceto em Dandara/Terra Prometida, onde já é alta em qualquer momento do dia. No Quilombo da Gamboa, 80% das pessoas afirmaram se sentir inseguras à noite, em Manguinhos, 47%, e no Povo Sem Medo/FICAP, 17%. Essa disparidade destaca as diferenças estruturais e contextuais de cada localidade, evidenciando os desafios para se promover uma maior segurança.

Você se sente segura/o ao andar no seu território durante a noite?

Não	52%
Sim	48%

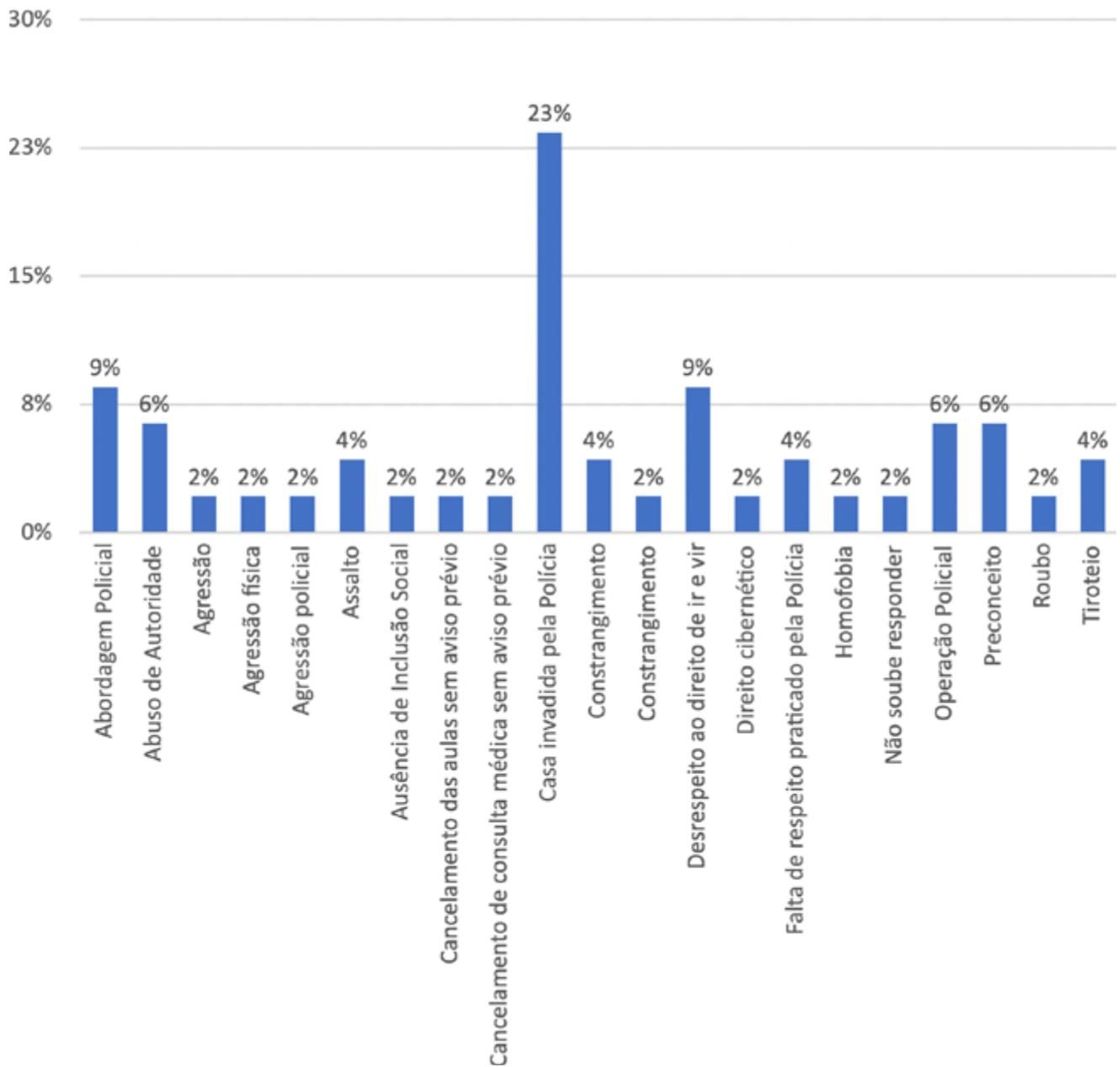
Você se sente seguro durante a noite no seu território

	Dandara	Manguinhos	Povo Sem Medo	Quilombo da Gamboa
Não	100%	47%	17%	80%
Sim	-	53%	83%	20%

Em relação às experiências de violência ou violação de direitos, 84% dos entrevistados relataram não ter vivenciado situações desse tipo nos últimos 12 meses, enquanto 16% afirmaram o contrário. É importante notar que a compreensão sobre o conceito de violência e de violação de direitos pode variar entre os entrevistados, o que levanta a hipótese de que muitos não identifiquem como violência ou violação experiências que foram naturalizadas em seus cotidianos. A validação dos resultados com o grupo reforçou essa percepção, indicando que o termo "violação de direitos" pode ser mais conhecido por pessoas vinculadas a movimentos sociais ou à defesa de direitos humanos.

O Quilombo da Gamboa novamente se destacou, com 50% dos entrevistados relatando experiências de violência ou violação de direitos. Nos demais territórios, os percentuais foram menores. A invasão de domicílios pela polícia foi a violação mais relatada, seguida de abusos de autoridade e operações policiais. Esses episódios refletem uma violência praticada pelo Estado contra os moradores desses territórios, um aspecto recorrente em áreas de moradia popular.

Tipo de situação ou violação de direito no território nos últimos 12 meses



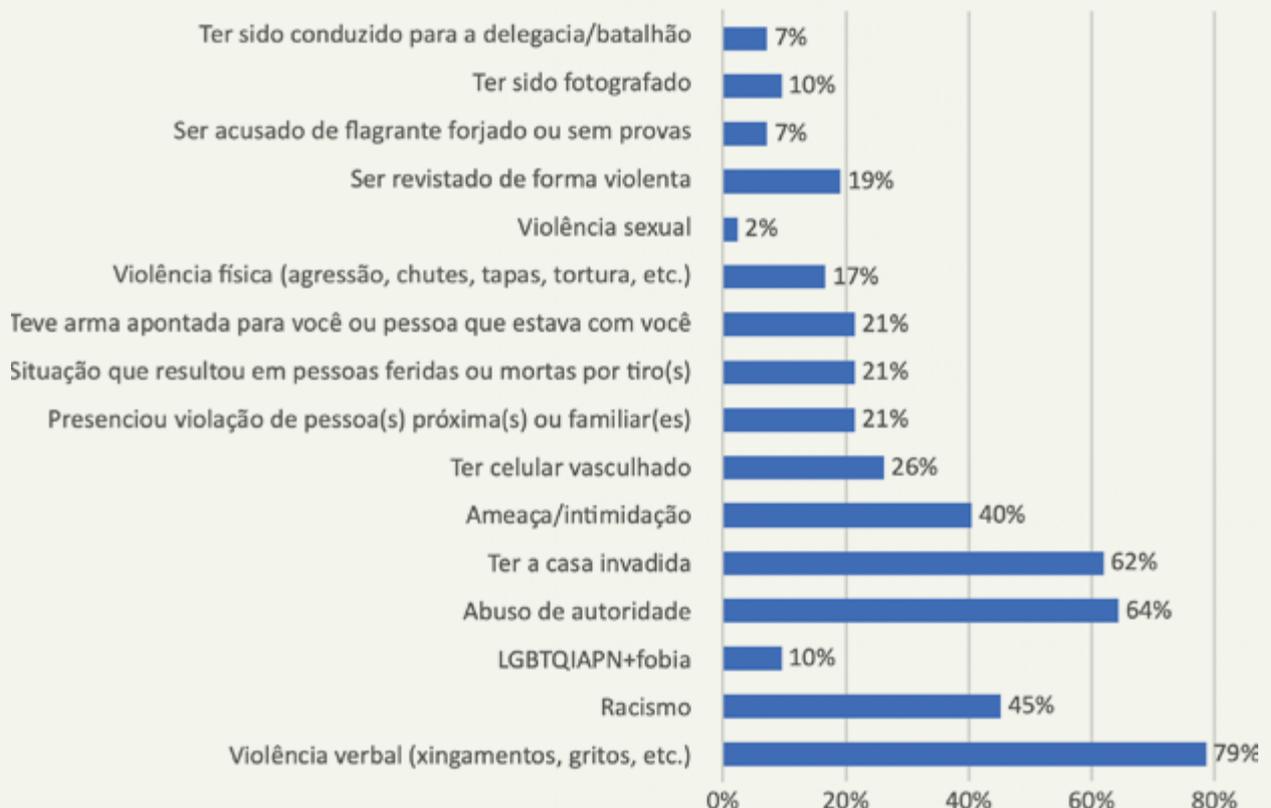
Um conjunto de questões teve como foco a atuação das forças de segurança pública. Das pessoas entrevistadas, 85,7% afirmaram não ter vivenciado episódios de violência ou violação de direitos com essas forças nos últimos 12 meses. No entanto, essa resposta varia conforme o território: em Povo Sem Medo/FICAP, ninguém relatou incidentes com forças de segurança, enquanto em Manguinhos e no Quilombo da Gamboa, esse percentual chegou a 20%. Em Dandara/Terra Prometida, foi de 6%.

Para aquelas pessoas que disseram ter vivenciado algum tipo de violência ou violação relacionada às forças de segurança pública, perguntamos sobre o tipo, a frequência e o lugar onde ocorreu a violação. Os relatos incluem episódios de agressão verbal, abuso de autoridade e invasões domiciliares. Em Manguinhos a maior parte passou por essa experiência uma ou duas vezes; no Quilombo da Gamboa e em

Dandara/Terra Prometida, uma ou quatro vezes. Ao responderem onde ocorreu tais violações, as opções mais citadas foram durante operação policial em seu território, andando a pé dentro do território e em suas imediações. Além disso, os argumentos mais ouvidos para justificá-las foram suspeita de tráfico, atividade suspeita ou suspeita de roubo. No entanto, na imensa maioria dos casos (mais de 70%) não foram apresentadas justificativas.

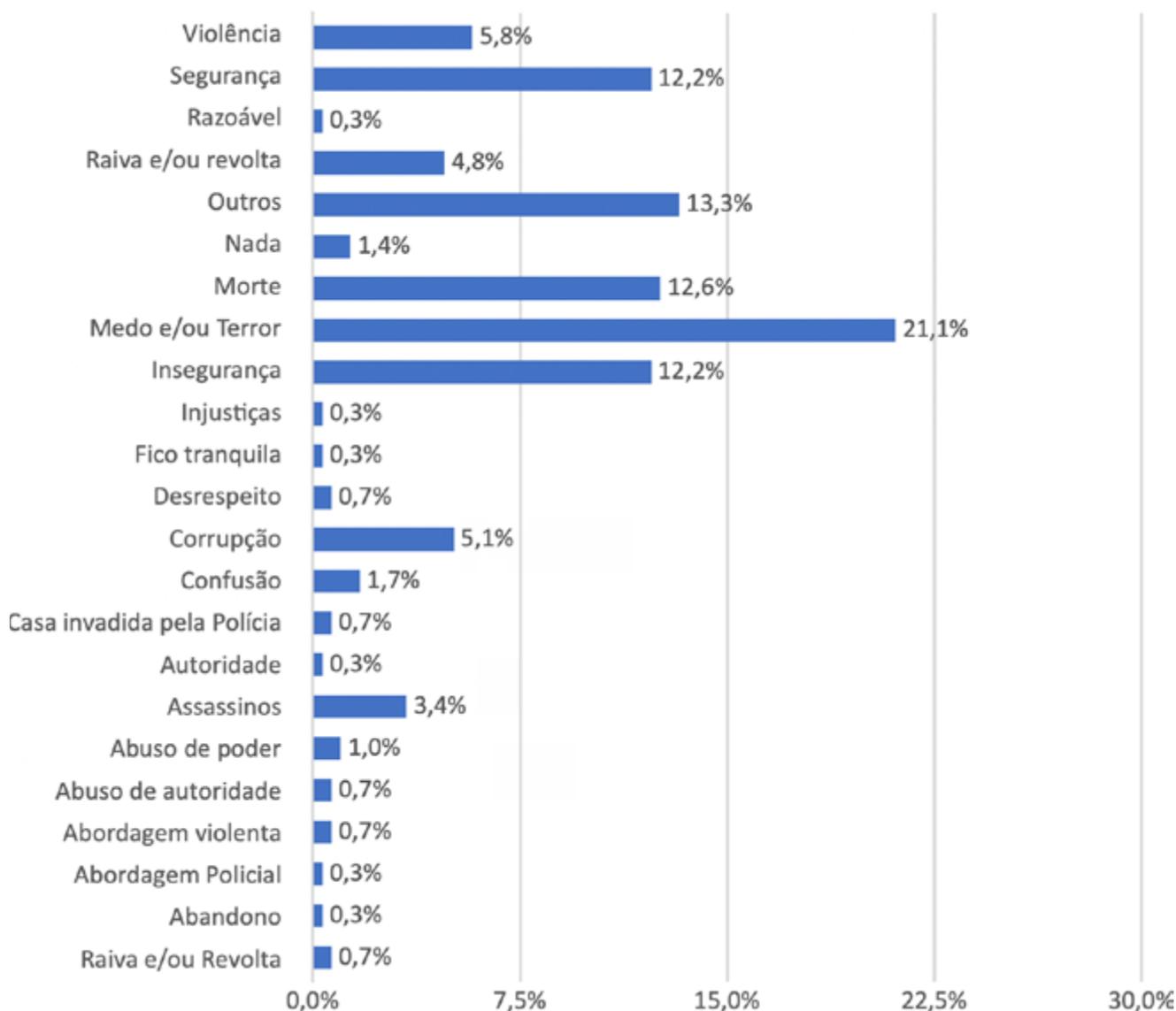
Ainda para as pessoas entrevistadas que informaram ter passado por situação violenta ou violação de direitos envolvendo as forças de segurança pública nos últimos 12 meses, perguntou-se também qual foi a sensação ou sentimento que sentiu durante situação, tendo respostas como raiva ou revolta (cerca de 40%), medo ou terror (quase 30%), sentimentos de impotência e de insegurança, com pouco mais de 10% das respostas cada.

Tipo de situação violenta ou violação de direitos que envolveu forças de segurança pública nos últimos 12 meses



A percepção sobre a polícia também foi investigada. Para todas as pessoas entrevistadas foi feita uma pergunta aberta sobre qual a primeira palavra que vem à cabeça quando pensa em polícia, as respostas mais comuns foram Medo/Terror, seguida de Segurança, Insegurança, Morte, Corrupção, Raiva/Revolta e Assassinos. Essas percepções refletem a complexidade das relações entre a população dos territórios e as forças de segurança.

Sensação ou sentimento sentido durante situação violenta ou de violação de direitos



A violência impacta diretamente o cotidiano das pessoas entrevistadas, com 75% relatando que já tiveram a sua rotina interrompida em função de situações de violência no seu território, como faltas no trabalho, na escola, consultas médicas ou até o simples ato de sair de casa. Isso mostra o quanto a violência interrompe o cotidiano, impede o exercício pleno dos direitos básicos e restringe a mobilidade dos moradores. No entanto, apenas no Povo Sem Medo/FICAP o percentual de respostas negativas foi superior à positiva. Em diversas oportunidades, as participantes do território da ocupação Povo Sem Medo/FICAP informaram que na região ocorrem poucos episódios de violência, principalmente no que se refere a confrontos armados.

O impacto sobre o acesso a serviços públicos também é expressivo: 61% das pessoas disseram que já haviam deixado de ser atendidas ou foram impedidas de acessar serviços de saúde, educação e assistência social devido à violência. Em Dandara/Terra Prometida, esse percentual ultrapassa os 80% e em Manguinhos chega a quase 80%. Por outro lado, na Povo Sem Medo/FICAP, apenas 14% disseram ter seu acesso a equipamentos públicos impactado em função de situações de violência.

Você já teve a sua rotina interrompida em função de situações de violência no seu território?

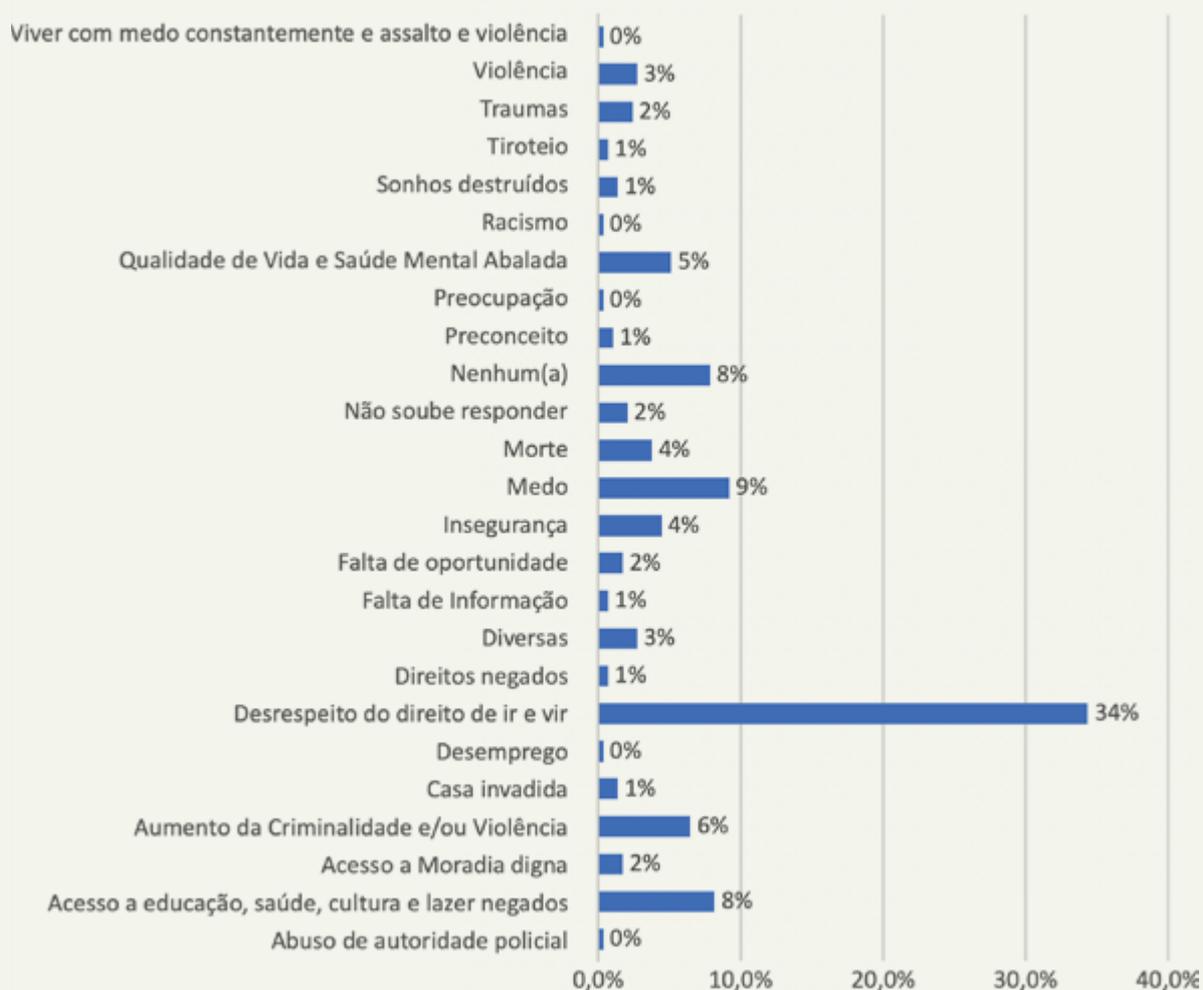
	Dandara	Manguinhos	Povo Sem Medo	Quilombo da Gamboa
Não	3%	21%	60%	50%
Sim	97%	79%	40%	50%

Você já deixou de ser atendida/o nos equipamentos públicos no seu território ou no entorno em função de situações de violência?

	Dandara	Manguinhos	Povo Sem Medo	Quilombo da Gambôa
Não	17%	22%	86%	60%
Sim	83%	78%	14%	40%

Ao serem perguntadas sobre quais seriam as principais consequências da violência e violação de direitos no seu cotidiano, as respostas trouxeram restrições de mobilidade, desrespeito ao direito de ir e vir, medo, falta de acesso à cultura e lazer, além de danos à saúde mental. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a segurança, a justiça e o acesso pleno a direitos para todos que vivem em contextos de vulnerabilidade e violência.

Principais consequências das violências e violações de direitos no cotidiano



4. ACESSO A SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

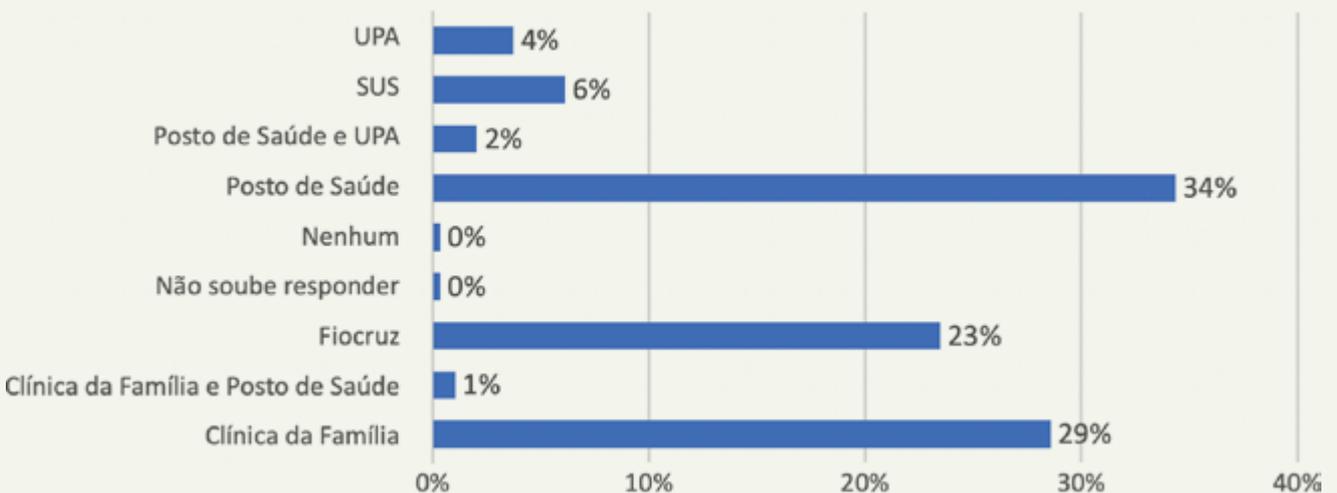
O acesso a serviços e equipamentos públicos é fundamental para a garantia de direitos, sendo eles instrumentos-chave para a promoção da cidadania, especialmente em territórios marcados pela vulnerabilidade social e violência. No entanto, o levantamento de dados realizado pelas defensoras e defensores de Direitos Humanos no projeto “Construindo Territórios Saudáveis” mostra que, frequentemente, o acesso a esses equipamentos é comprometido por barreiras que vão desde a violência até a ausência de políticas adequadas de manutenção e operação.

Conforme apontado no item anterior, 61 % das pessoas entrevistadas já deixaram de acessar equipamentos públicos devido à violência, o que revela uma realidade em que direitos básicos são restringidos por múltiplos fatores. A limitação no acesso a equipamentos de saúde e educação destaca a centralidade desses

serviços na vida das pessoas, cujo impacto da ausência ou dificuldade de acesso é profundo, afetando desde a possibilidade de consultas médicas até a gestão familiar envolvendo crianças e adolescentes em idade escolar.

Quando perguntado sobre quais os principais equipamentos vinculados à Saúde, Educação e Assistência Social existentes nos seus territórios, as pessoas entrevistadas apontaram, no caso da Saúde, o Posto de Saúde, a Clínica da Família e a Fiocruz. O SUS (Sistema Único de Saúde) – do qual fazem parte todos os equipamentos públicos de saúde – aparece entre as pessoas mais velhas quando se referem à Clínica da Família ou outros equipamentos equivalentes desta maneira. É importante pontuar que a relevância da Fiocruz nas respostas está relacionada ao fato de ela estar dentro do território de Manguinhos, onde vive a maior parte das pessoas entrevistadas neste levantamento.

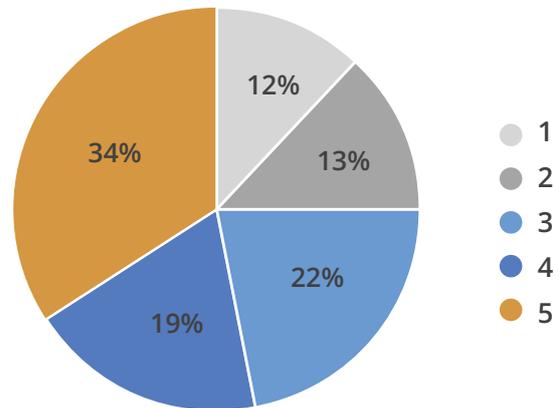
Principal equipamento de Saúde que atende o território



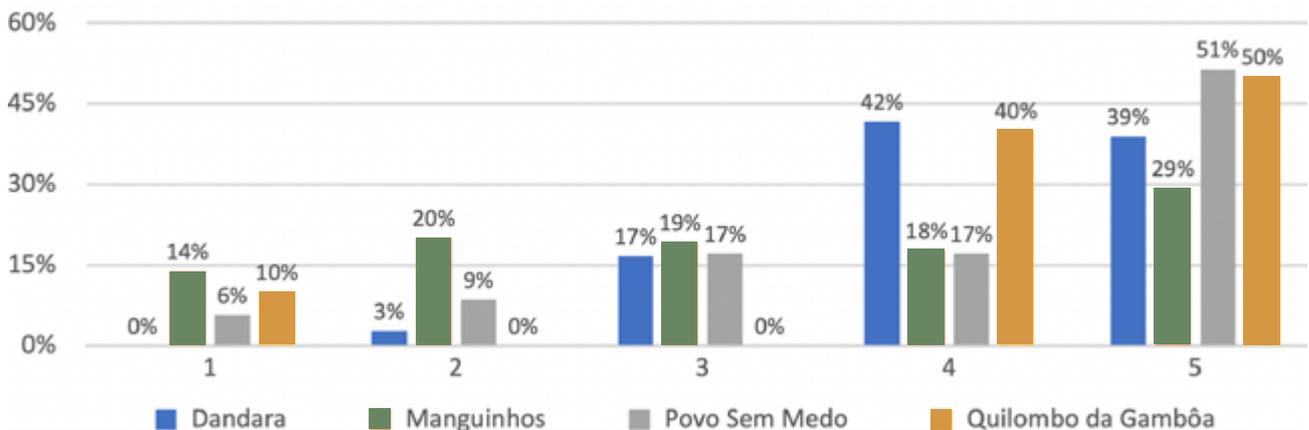
A depender do território, alguns equipamentos se tornam disponíveis e centrais ou podem sumir completamente do campo de possibilidades das pessoas entrevistadas. Na ocupação Dandara/Terra Prometida, por exemplo, o Posto de Saúde aparece em 100% das respostas. Entre quem vive na ocupação Povo Sem Medo/FICAP, a Clínica da Família e o Posto de Saúde são os únicos mencionados, entendidos como a mesma coisa pela maior parte das pessoas. No caso do Quilombo da Gamboa, o SUS, a Clínica da Família e a Clínica da Família junto com o Posto de Saúde dividem as menções. Já em Manguinhos, quase todas as opções são citadas, excetuando o SUS, o que pode revelar, pela história, tamanho e complexidade do território, uma maior oferta de equipamentos, com grande destaque para a relação entre moradoras e moradores de Manguinhos e a Fiocruz, citada por mais de 50% das pessoas entrevistadas, enquanto a Clínica da

Família aparece com apenas 21% de menções. Chama a atenção a boa avaliação do principal equipamento de saúde disponível em cada território (em uma escala de 1 para a nota mais baixa e 5 para a mais alta).

Qual o seu nível de satisfação com esse equipamento de Saúde?



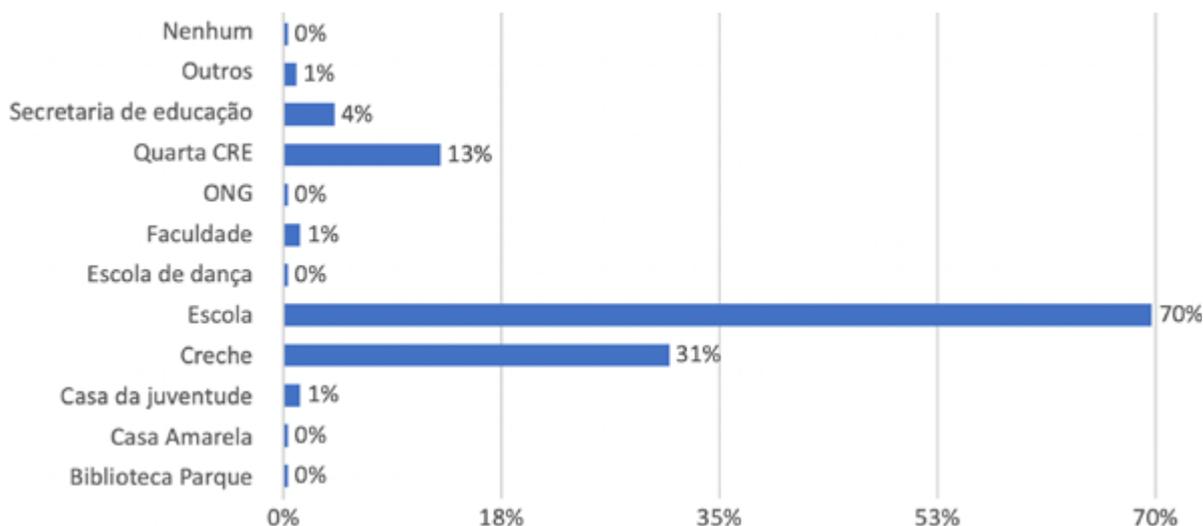
Nível de satisfação com o equipamento de Saúde por território



Durante o processo de validação, alguns fatores interessantes foram apontados e ajudam a compreender os dados acima. O primeiro ponto é o fato de que a existência do equipamento no território já seria suficiente para uma leitura positiva sobre ele, ou seja, o fato dele existir e de estar em funcionamento gera um reconhecimento positivo do acesso à saúde. Além disso, os relatos das pessoas entrevistadas apontam que o reconhecimento positivo desses equipamentos, mesmo com suas limitações, muitas vezes se dá pela presença de profissionais engajados, como agentes de saúde,

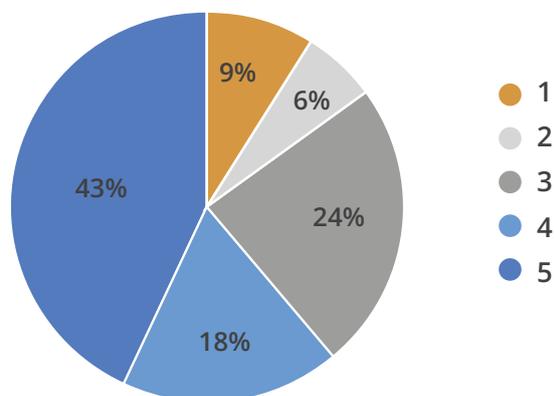
de, que ajudam a minimizar barreiras, prestando serviços com mais qualidade e próximo dos moradores. Dessa forma, a percepção sobre o equipamento revela igualmente a percepção sobre a política que chega na ponta e no território, que, nesse caso, é traduzida em parte pelo trabalho de mediação exercido pelas agentes. Com relação à Educação, escolas e creche aparecem como principais equipamentos em todos os territórios, já que efetivamente participam do dia a dia da população, seguidos pela Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e pela Secretaria de Educação.

Principal equipamento de Educação que atende o território

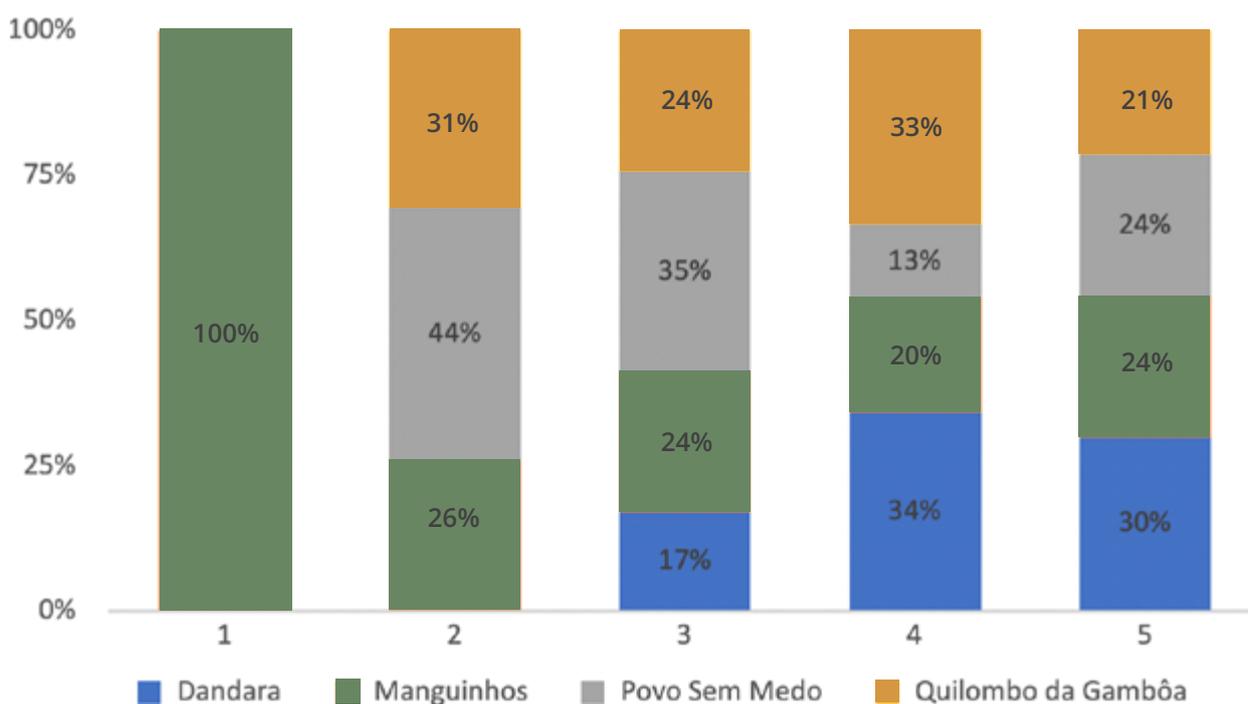


Qual o seu nível de satisfação com esse equipamento da Educação?

Quando perguntadas sobre o nível de satisfação com o equipamento de educação, também é possível observar um alto grau de satisfação, onde a melhor avaliação ultrapassa os 40% em todos os territórios pesquisados (em uma escala de 1 para a nota mais baixa e 5 para a mais alta).

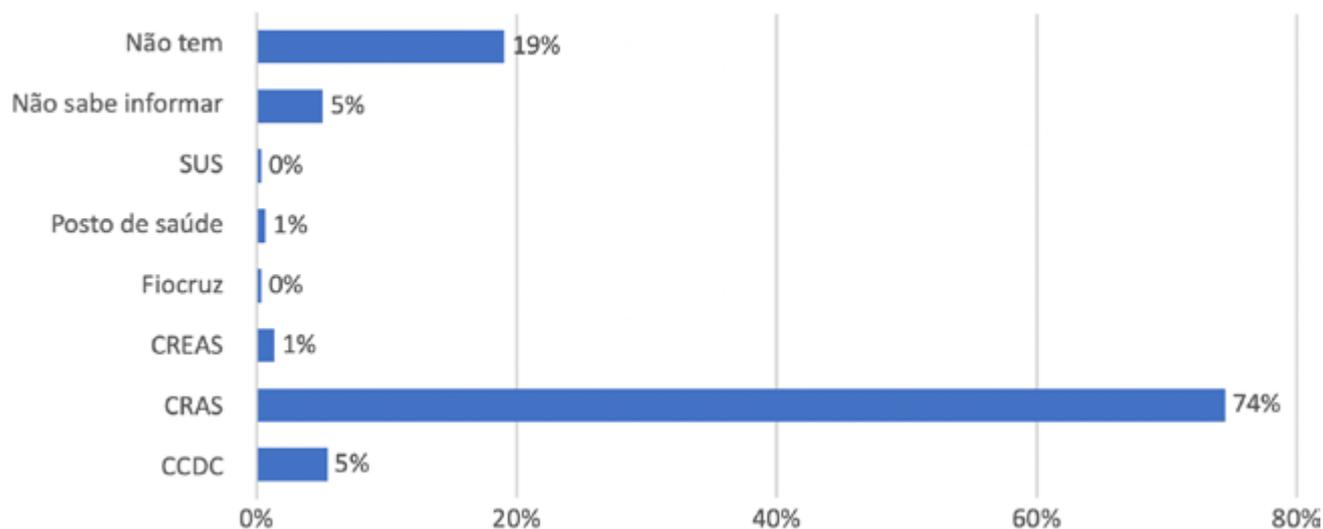


Nível de satisfação com o equipamento de Educação por território



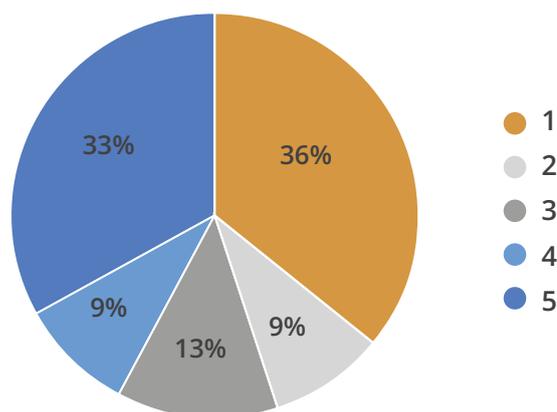
O principal equipamento citado no que se refere à Assistência Social foi o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), seguido daquelas pessoas que responderam que não teria equipamento ou não sabiam informar e do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC).

Principal equipamento de Assistência Social que atende o território

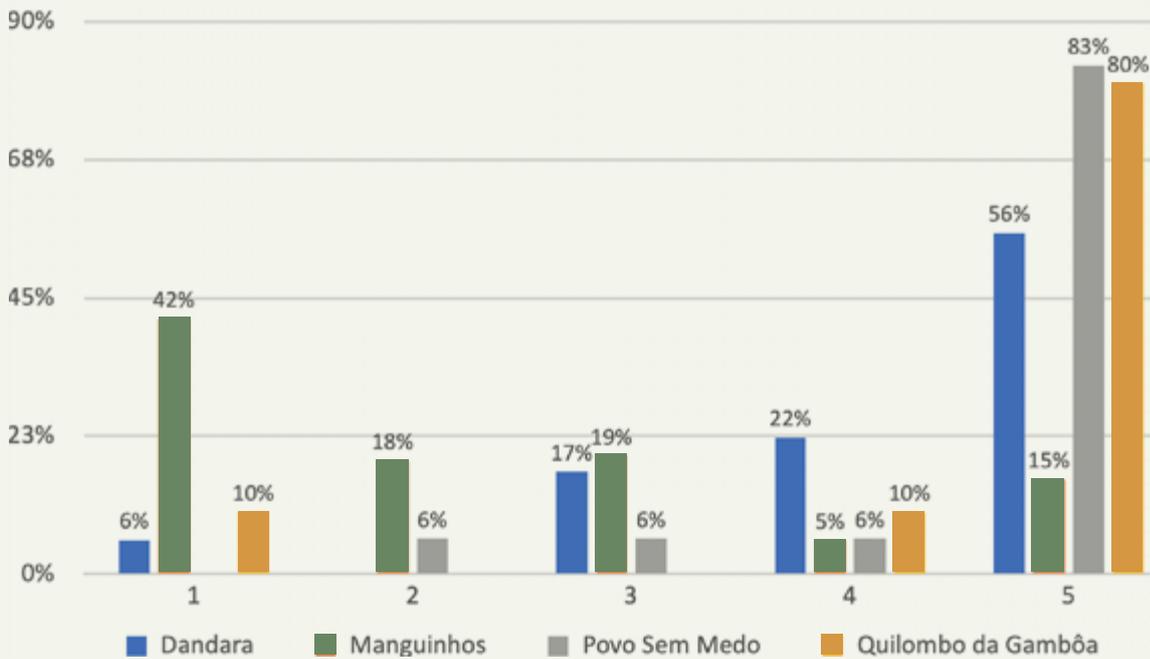


Qual o seu nível de satisfação com esse equipamento da Assistência Social?

A questão dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de outros serviços similares demonstra que a distância física e a falta de presença em alguns territórios enfraquecem sua eficácia e conhecimento perante a população. Situações como a de Dandara, onde há distância significativa para o CRAS mais próximo, mostram que a localização é um fator determinante na percepção de acessibilidade e na avaliação da população (em uma escala de 1 para a nota mais baixa e 5 para a mais alta).

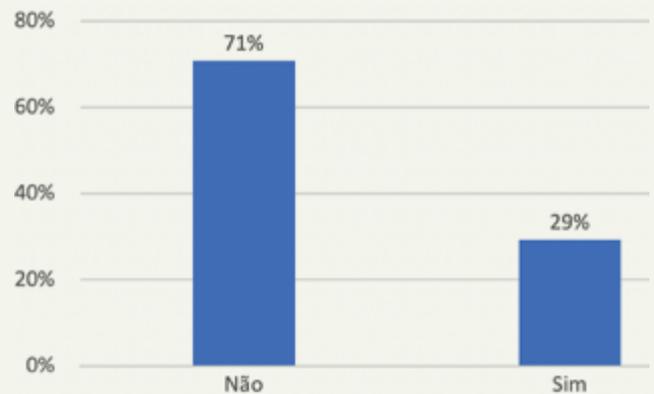


Nível de satisfação com o equipamento de Assistência Social por território



Conhece o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que atende o seu território?

Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o desconhecimento por parte de 70% dos entrevistados é um indicativo da pouca divulgação e do estigma associado ao uso desses serviços, atrelado diretamente a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes ou aquelas com necessidades decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas. Na validação dos resultados, o grupo chegou à conclusão de que só quem conhece o CAPS e seus serviços são aquelas pessoas que já foram atendidas em um, seja pessoalmente, por familiares ou pessoas próximas, o que não seria tão frequente se comparado com outros equipamentos. Isso aponta para a necessidade de políticas mais inclusivas e de campanhas que normalizem o cuidado em saúde mental, aproximando a população desse recurso.



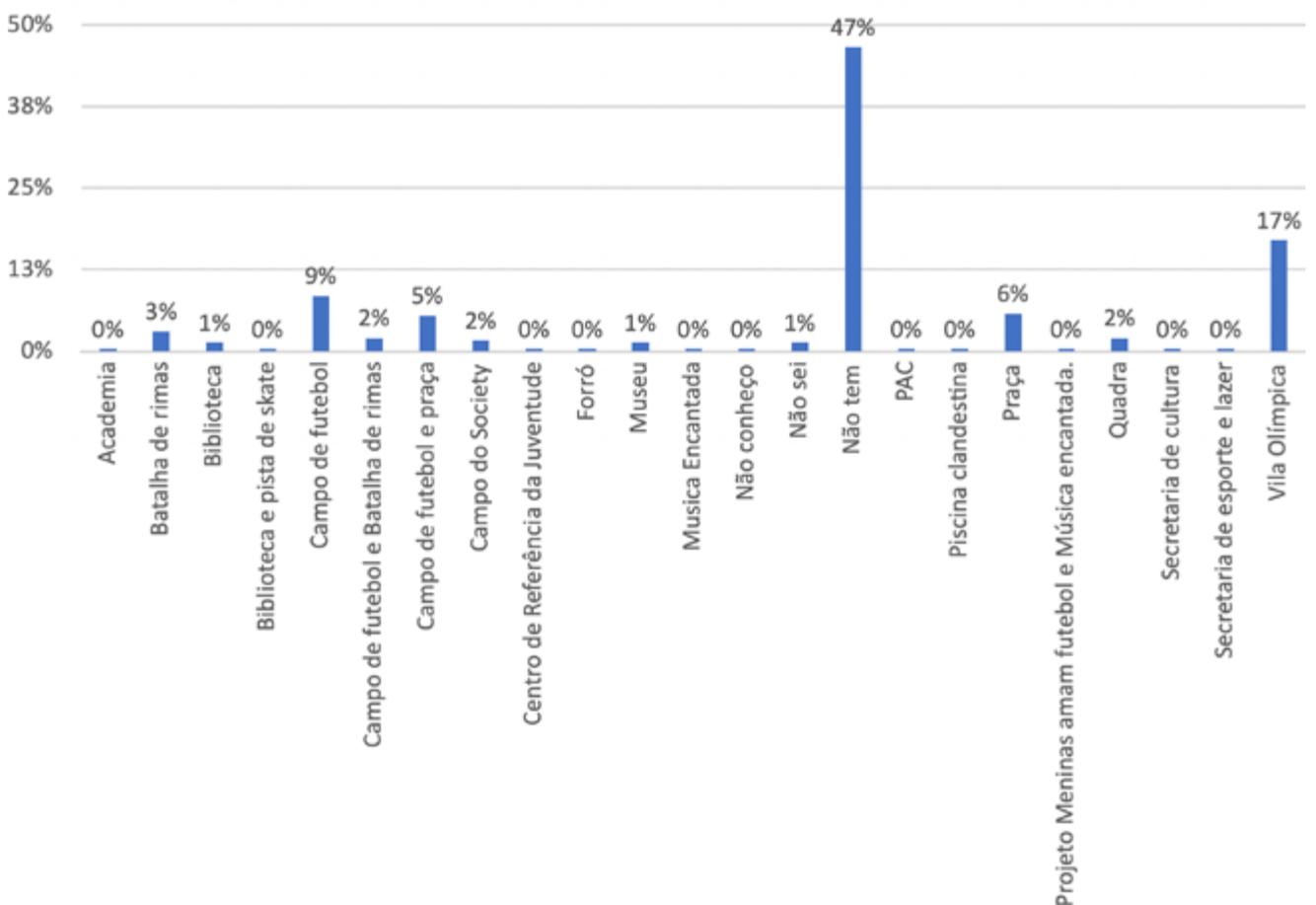
Conhece o CAPS

	Dandara	Manguinhos	Povo Sem Medo	Quilombo da Gambôa
Não	44%	59%	97%	80%
Sim	56%	41%	3%	20%

Os equipamentos de lazer, por sua vez, foram majoritariamente considerados inexistentes ou inadequados, reforçando a falta de espaços de sociabilidade. Ainda assim, alguns equipamentos foram citados: Vila Olímpica, campo de futebol e praça. As três respostas são reveladoras. No caso da Vila Olímpica, fica exposta a importância da existência de um equipamento público de esporte e lazer, acessível ao território e com o potencial de agregar diversas atividades e usos. O campo de futebol, assim como a praça e a quadra, são espaços com menos alternativas, mas que, mesmo os mais simples, são capazes de criar ambientes de sociabilidade positivos, a depender de sua localização, da manutenção oferecida pelo poder público e dos arranjos para o uso entre diferentes grupos de moradores de um mesmo território. No entanto,

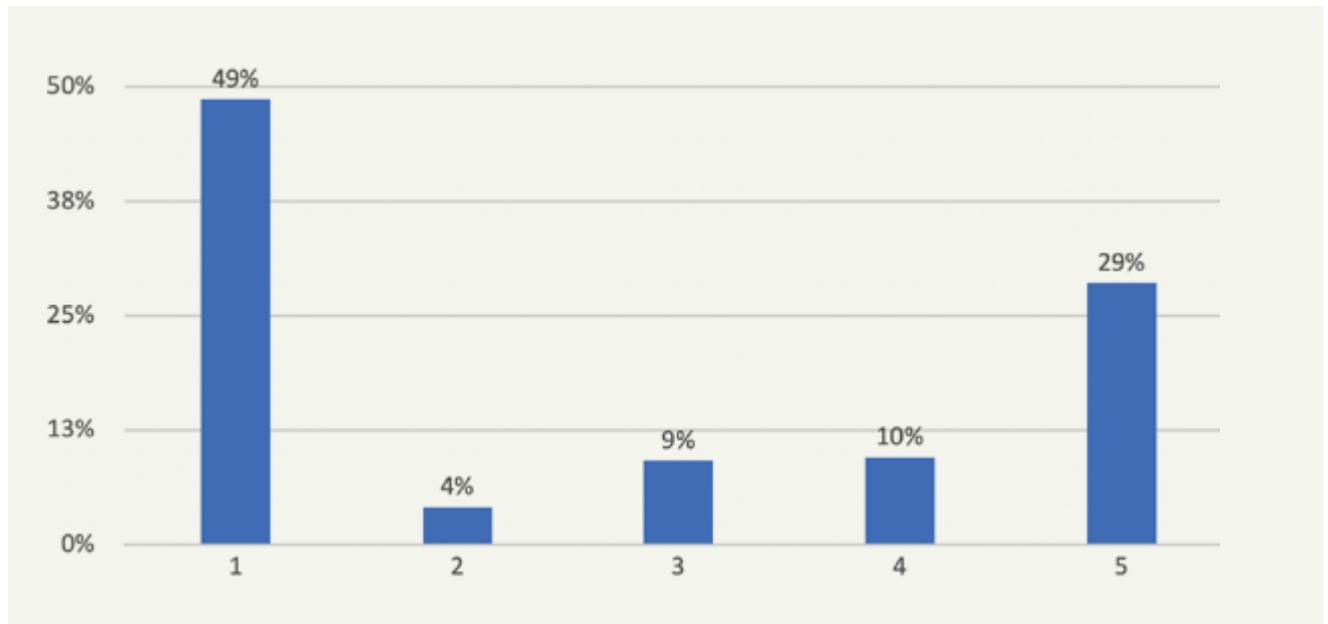
o fato de mais de 45% das pessoas entrevistadas afirmarem que não há espaços de lazer no seu território levanta um alerta importante para a falta de centralidade desses espaços nas políticas públicas pensadas para esses territórios. Em locais como Manguinhos, o fechamento de estruturas ou a falta de manutenção adequada, como no caso da Biblioteca Parque, levanta um alerta sobre a urgência de políticas que assegurem a criação e conservação de ambientes de lazer, reconhecendo seu papel crucial no bem-estar comunitário.

Principal equipamento de Lazer e/ou Cultura que atende o território



Tendo em vista as respostas já analisadas e, sobretudo, a falta de equipamentos, é possível compreender que quase 50% das pessoas entrevistadas estejam insatisfeitas.

Nível de satisfação com o equipamento de Lazer e/ou Cultural



Por fim, a percepção de que os equipamentos atendem ou não de maneira igualitária diferentes grupos sociais, como mulheres, negros/as, idosos, crianças/adolescentes, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, etc., é reveladora. O destaque dado às disparidades por gênero, raça e origem aponta para desafios que precisam ser enfrentados para a efetivação de políticas públicas que assegurem um atendimento justo e inclusivo para todos, independentemente de suas condições sociais ou identidades. O exemplo do Povo Sem Medo/FICAP, onde a percepção de discriminação de estrangeiros foi levantada, reforça a importância de políticas locais e sensíveis às particularidades dos territórios.

Este retrato, portanto, evidencia que, além da existência dos serviços, é crucial a implementação de políticas que assegurem o acesso equitativo e contínuo, enfrentando as barreiras estruturais e contextuais que dificultam a plena realização de direitos básico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta publicação, resultado do trabalho de defensoras e defensores de Direitos Humanos, é como uma fotografia da sociedade brasileira. A pesquisa aplicada nos diferentes territórios procura identificar as condições de vida das pessoas que vivem em ocupações urbanas e em favelas da cidade do Rio de Janeiro. Diversos itens necessários para assegurar bem-estar, uma vida digna, foram colocados nos questionários para serem respondidos. Saber como é o acesso a equipamentos públicos, a percepção sobre a segurança pública e as diferentes manifestações da violência estiveram entre os itens, como puderam ler.

Os resultados apresentados nos mostram o tamanho da precariedade das condições de vida das pessoas entrevistadas. O rendimento mensal, decorrente do trabalho, é baixo; muitas pessoas dependem de programas sociais para sobreviver; durante a pandemia da Covid-19 as condições para evitar o contágio foram limitadas; há sérias dificuldades para acessar energia elétrica, água potável e esgotamento sanitário de maneira regular e formal. Há outras informações que reiteram a gravidade da desigualdade da sociedade brasileira.

Por outro lado, essa pesquisa mostra a importância de contar com defensoras e defensores de Direitos Humanos, que vivem nos territórios pesquisados, para elaborar e aplicar os questionários. Com o conhecimento básico dos meios para elaborar uma investigação sobre bases científicas é possível enriquecer, complementar e estimular que instituições especializadas façam novas pesquisas. Mesmo com limites metodológicos, de não seguir todos os parâmetros estatísticos necessários, esta pesquisa contribui para a luta das defensoras e defensores de Direitos Humanos, das pessoas entrevistadas e moradoras dos territórios. Passam a possuir um material consistente, com base em dados, depoimentos e percepções sobre a realidade, de maneira sistematizada de variadas questões socioeconômicas, que afetam diretamente o cotidiano.

Temos em mãos uma publicação que reforça muitas pesquisas sobre as condições de vida do estrato social popular. Mas, mais do que esse resultado, é a prova de que qualquer movimento ou coletivo disposto poderá aplicar essa metodologia para conhecer melhor, em números, as condições de vida do seu território. É a oportunidade de combinar a ação política em defesa dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, com o conhecimento científico.

Esperamos que esse material inspire outros territórios, o maior número possível de defensoras e defensores de Direitos Humanos. Que seja um instrumento de denúncia da gravidade da desigualdade social, de luta, de pressão social para que o direito à vida digna seja assegurado.

**CONSTRUINDO
TERRITÓRIOS
SAUDÁVEIS**



Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença creative commons de "atribuição + uso não comercial + sem derivações" (CC BY-NC-ND)